

ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVII Jul. 2001 04/07/01 Nº 310 Preço 140\$00

• **Açores**
Direcção Nacional visitou
a Região e foi recebida
por membro do governo

página 16

• **Fórum**
Deficiência e Reabilitação
em debate no Alto Tâmega

página 7

• **Setúbal**
Delegação comemora
25 anos com tradicional
sardinhada

página 6

• **Prisioneiros
de Guerra**
Resumo do novo diploma na

página 15



PORTE PAGO

Novo ministro da Defesa Nacional

À data do fecho desta edição era conhecido o nome do novo ministro da Defesa Nacional, uma das pastas governativas objecto da remodelação anunciada no dia 28 de Junho. Rui Pena que nos últimos anos se tem dedicado à advocacia e ao sector empresarial foi escolhido pelo primeiro ministro para substituir Castro Caldas.

O novo titular da pasta da Defesa Nacional é conhecido pela sua integridade e rectidão, valores que esperamos tornem profícua a sua acção no novo cargo, designadamente no que se refere aos problemas que afectam os deficientes militares.

Audiência com CEMGFA

página 20

Grupos parlamentares recebem ADFA

página 13

Aniversário de Bragança



página 8

Acampamento - Pedrógão



página 6

Pintura e Pesca em Lisboa

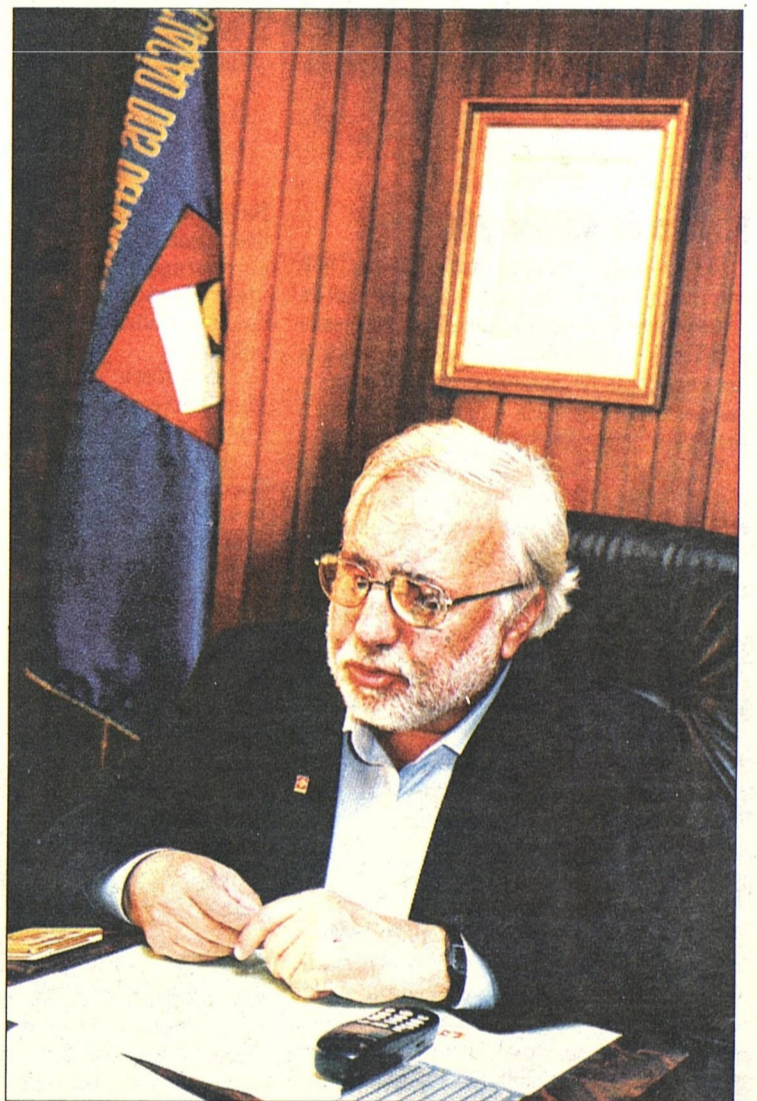
página 5

Presidente da Direcção Nacional em entrevista

É preciso cerrar fileiras

No momento em que os Órgãos da Delegação de Lisboa já estão eleitos e a Direcção Nacional se encontra mais liberta para a resolução dos assuntos nacionais, o presidente da DN aponta para a necessidade da grande unidade do todo associativo nacional para que se cerrem fileiras na defesa dos direitos dos deficientes militares e de suas famílias, alguns dos quais se encontram ameaçados, como é o caso das pensões de preço de sangue.

página 3



Delegação de Lisboa já tem Órgãos eleitos Tomada de Posse dia 12, às 17h00

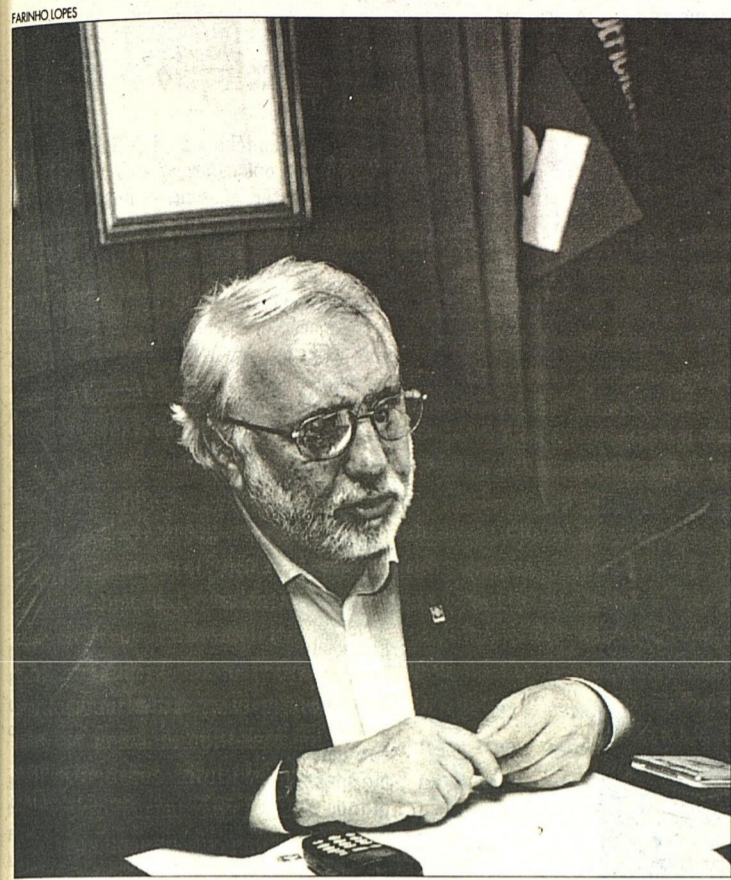
página 10

Entrevista com o presidente da DD e com membro da lista autónoma do CD

página 11

Patuleia Mendes, presidente da DN em entrevista ao ELO

"Vamos cerrar fileiras"



Rafael Vicente

O presidente da ADFA alerta para o facto de começarem a estar em causa os direitos adquiridos dos deficientes militares e suas famílias, apresentando as prioridades e a estratégia reivindicativa da Associação, agora que a Direcção Nacional assume uma postura "eminente associativa", dirigindo "em pleno a dimensão nacional".

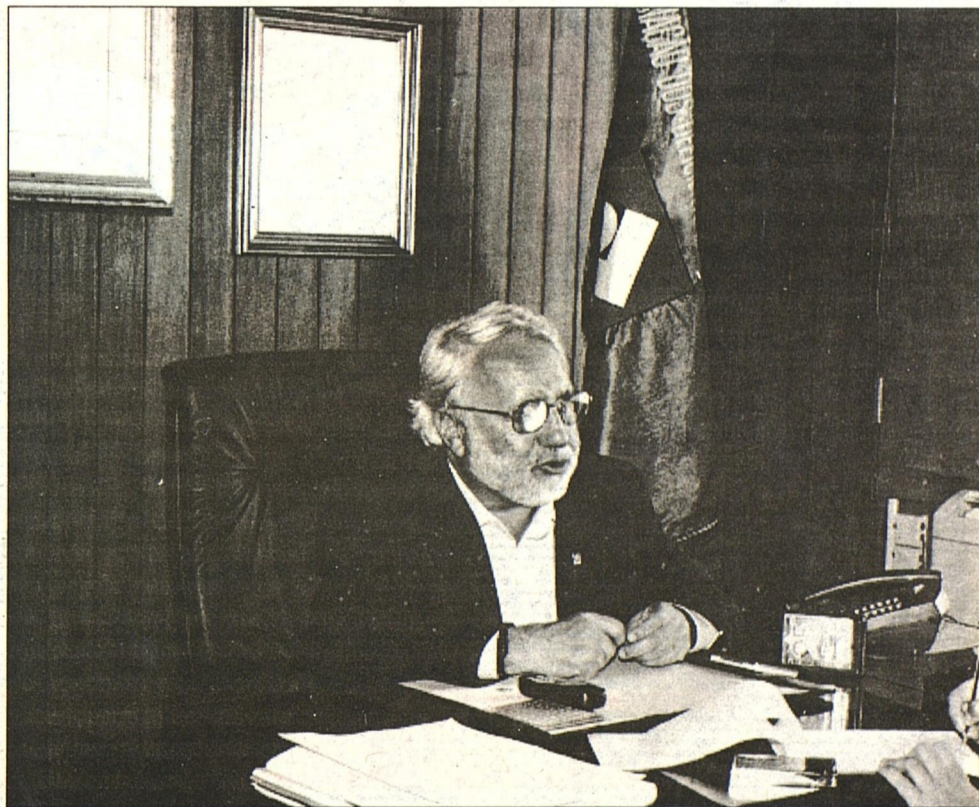
P.M. - Importantes são todas. Estamos num momento em que as reivindicações sociais sofrem claro abrandamento por parte das obrigações dos poderes públicos; a resolução de problemas de aplicação de justiça, quanto mais tarde forem resolvidos, menos caros ficam ao Estado; e está a tratar-se de toda

esta problemática com um espírito bastante economicista. Há um entendimento, que reputamos de anacrónico, da Caixa Geral de Aposentações, no sentido da atribuição da pensão de preço de sangue aplicada à data do acidente que vitimou o deficiente militar, em vez de, correctamente, ser aplicado à data do seu falecimento, como até aqui vinha sendo prática. Ainda por cima reduz-se a pensão de preço de sangue devido aos rendimentos do próprio falecido. Isto assume laivos de escândalo que nem a ditadura praticou. Note-se que o também recente DL 503/99 (acidentes com funcionários públicos) retirou aquilo que o Governo concedeu em 1998, isto é, a "transmissão de pensão do DL 240/98" e que ele próprio é um atentado a vários direitos já consagrados dos deficientes militares. Como se vê, por aqui, começam a estar em causa os direitos já adquiridos dos deficientes militares.

A ADFA vai bater-se fortemente contra toda esta situação que, além de imoral, é injusta. Vamos cerrar fileiras.

ELO - E quanto ao DL 134/97?

P.M. - É outro parâmetro que tem que ser enquadrado em toda esta estratégia e que já está a ser movimentado, quer pelo MDN, quer pela Assembleia da República. Há casos de verdadeira injustiça que se prendem com esta questão.



A ADFA defende intransigentemente, sem prejuízo da resolução imediata de algumas situações de injustiça que ainda se perfilam no edifício legislativo dos deficientes militares que, com a serenidade que o tempo e o debate exigem, se constitua um diploma que compile, aperfeiçoe e ajuste todas as situações que os abrangem. Aquilo a que poderá chamar-se o Estatuto do Deficiente Militar.

Aliás, há questões que, parecendo utópicas ou esquecidas, têm solução no diálogo, firme e objectivo com os interlocutores válidos na matéria. Recorde-se o que, sem alarido institucional, foi possível tornar claro na inscrição dos DFA no IASFA.

Não se pode de modo algum, pela urgência premente resultante da indignidade a que se encontram votados, deixar de resolver as

questões relativas aos deficientes militares dos ex-territórios ultramarinos que nos actuais PALOP carecem de todo o apoio, quer a nível médico, quer económico.

ELO - Alguns associados têm mostrado certo pessimismo em relação à criação da Delegação de Lisboa. Como encara a DN estas críticas?

P.M. - É um pouco complicado esta DN tomar posição face a pessimistas, quando assumiu um mandato optimista em termos de cumprir as decisões anteriores de Congressos e de CN, sobre a criação da Delegação. Entendo que a nova vaga de dirigentes da Delegação de Lisboa pode ser uma mais valia excepcional em termos de acompanhamento dos associados desta área e motor à sua participação e um alfofre importante de novos elementos

que possam assumir no futuro a condução dos destinos da ADFA.

Alguns "velhos do Restelo" terão levantado algumas questões de somenos importância, pelo que creio que os OSD agora eleitos irão demonstrar que o rumo é o mar e que não podemos ficar eternamente a olhar as águas paradas do estuário do Tejo.

ELO - E para terminar...

P.M. - Um convite à combatividade da ADFA. O adormecimento de tomada de posições que nos evidenciem rápida publicação de legislação há tanto tempo em debate, obriga a DN a suscitar o alerta permanente dos associados e delegações, porque, a breve trecho, a Associação tem que exprimir e seguramente que por acto público a sua indignação pelos ataques e apatia a que estão a ser votados os deficientes militares e suas famílias. •

ELO - Com a tomada de posse dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, o que é que vai mudar em termos associativos?

P.M. - Muito vai mudar. Primeiro, a capacidade de intervenção e participação dos associados, na vida colectiva. Com a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da Delegação (OSD) vai surgir uma dinâmica local que até agora não existia, não criticando esta e as direcções anteriores que, devotadas à gestão nacional, prejudicaram sem o querer a relação com os associados de Lisboa.

Os novos Órgãos vão estar mais próximos dos associados. Estão a surgir por toda a zona de Lisboa novos núcleos, numa área de nova intervenção, onde está muita da massa crítica associativa. Não podemos esquecer que, seguramente, mais de 90 por cento dos membros dos Órgãos Sociais Nacionais (OSN) têm sido associados desta área, o que revela o seu conhecimento e interesse pelo todo nacional.

ELO - Com esta alteração da vida associativa, qual vai ser a dinâmica da DN?

P.M. - Vai ser, como o nome indica, nacional. A partir de agora a DN vai ser eminentemente associativa, para não perder o contacto e decidir em nome de todos os associados. Isto obriga a que essa dimensão nacional seja gerida em pleno, com todo o poder que a DN deve ter para gerir as políticas associativas gerais, em colaboração estreita com as delegações. A DN vai ficar mais liberta para o trabalho de relacionamento com as estruturas do Poder, desenvolvendo os grandes projectos de cariz nacional e internacional.

ELO - E quais vão ser as vossas prioridades na reivindicação legislativa?

P.M. - É importante concitar neste momento o interesse nacional da ADFA em relação aos grandes objectivos da Associação. Não podemos, OSN, ter uma política definida e delegações defenderem posições sectoriais que acabam por evidenciar divisões internas, o que é falso, fruto de movimentações de interesses que têm que ser equacionados e hierarquizados para que a luta reivindicativa da ADFA chegue a bom termo e tenha resultados concretos.

ELO - E quais são as reivindicações mais importantes?

Delegações e Núcleos

Açores

Deslocação às ilhas

A Delegação dos Açores informa que, "de acordo com a política que vem sendo desenvolvida por esta Direcção, nomeadamente no apoio a associados e por sua deliberação de 11 de Junho, informam-se todos os associados residentes nas ilhas do arquipélago, que nos deslocaremos às mesmas, na última quinzena de Setembro, nos locais habituais".

A Delegação informa também que os serviços prestados aos associados directamente na Delegação "sofrerão obviamente algumas alterações durante esse período e sempre que se trate de trabalho associativo exterior de força maior".

Bragança

Férias da Delegação

A Delegação de Bragança, por motivo de

férias, encerra de um a 24 de Agosto. Por conveniência de serviço, a Delegação encerra novamente de 17 a 22 de Dezembro de 2001.

Faro

Férias da Delegação

As férias da Delegação de Faro vão efectuar-se de sete de Agosto a sete de Setembro, ficando a Delegação encerrada neste período.

Madeira

Férias no Porto Santo

De 23 de Julho a quatro de Agosto, a Delegação da Madeira realiza uma jornada associativa para associados e familiares, que ficarão instalados no Destacamento Militar do Porto Santo/QG/ZMM, em casernas com 10 beliches.

O valor da diária completa é de 1.200 escudos.

Para mais informações e respectivas inscrições, os interessados devem contactar a Delegação da Madeira pelo telefone 291 765 171.

Férias da Delegação

A Delegação da Madeira encerra para férias no período de 13 a 31 de Agosto. Para qualquer assunto de reconhecida importância deverá ser feito contacto telefónico para o número 291 765 171.

Pagamento de quotas

A Delegação da Madeira informa os associados residentes na área daquela Delegação que aderiram ao pagamento de quotas por transferência bancária, que, no mês de Julho, será efectuado o levantamento de 7.500 escudos, referente ao corrente ano.

Este pagamento só diz respeito aos pensionistas de pensão de preço de sangue e sobrevivência, no dia 18, e pensionistas de invalidez (cartão de risca verde), no dia 20.

Breves Viseu

Exposição e colóquio

A Guerra Colonial e o 25 de Abril continua a ser um tema que os jovens e os menos jovens querem debater, querem ver imagens de uma época que nunca se esquecerá.

É tempo do Ministério da Educação fazer chegar às Escolas informação sobre tão importante página da história de Portugal. A Delegação de Viseu da ADFA esteve com uma exposição na Escola Secundária 3, na Vila do Sátão, sob o tema "Guerra Colonial - Uma Reflexão", e um colóquio na Escola Secundária do Carregal do Sal, sob o tema "Guerra Colonial e o 25 de Abril", com oradores João Pereira, João Gonçalves e Arnaldo Pereira.

Trabalhos universitários

Em colaboração com um grupo de alunos do Instituto Jean Piaget de Viseu, foram dadas todas as condições para efectuar um trabalho sobre os Deficientes de Guerra, sendo entregue um exemplar à Biblioteca da ADFA. No mesmo Instituto um outro grupo de alunos está a efectuar um trabalho sobre Stress pós-Traumático, com a colaboração da Direcção da Delegação. Foram efectuadas entrevistas, cedidos documentos e realizados colóquios no próprio Instituto, também com a presença da Associação Nacional de Sargentos.

Reunião

Sem a presença do presidente da Direcção da Delegação da ADFA de Coimbra, por motivo de doença, reuniram, em Viseu, as Direcções das Delegações da ADFA de Viseu e de Coimbra, no dia um de Junho.

Juntas médicas dos deficientes em serviço

Já em tempos escrevi sobre o assunto, hoje traz-me aqui o caso do Manuel F. Almeida que sofreu um acidente em Moçambique durante a prestação do serviço militar e das lesões, a JHI atribuiu-lhe um grau de incapacidade de 20 por cento.

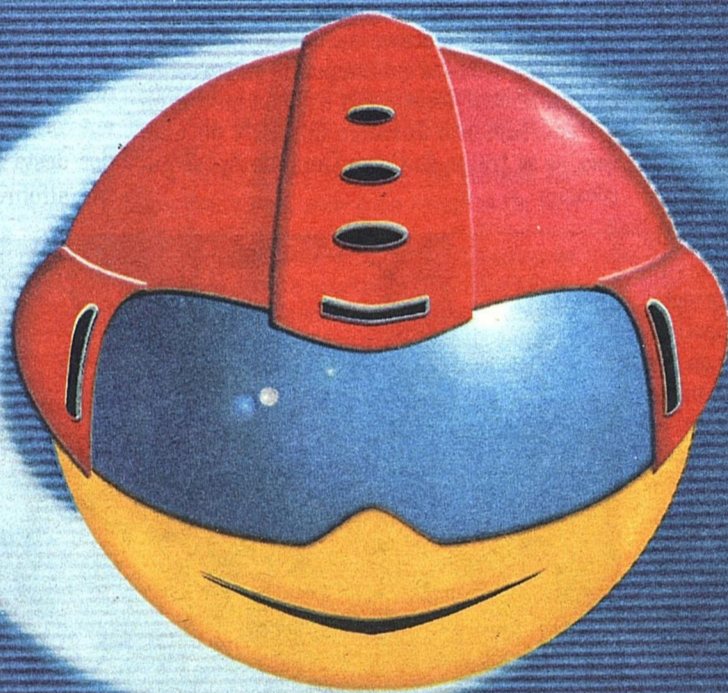
Com o decorrer dos anos, houve um agravamento da deficiência e requereu-se, ao abrigo do art.º 7º do DL 240/98, de 07 de Agosto, a presença a uma Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações que indeferiu o pedido, invocando para tal a cessação do prazo, remetendo para o n.º 2 do art.º 94º do DL 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto de Aposentação - EA), prazo esse que não foi alterado pelo art.º 7º do DL 240/98, de 7 de Agosto, que salvo melhor opinião veio consagrar um direito novo para todos os deficientes em serviço poderem pedir Juntas Médicas por agravamento da deficiência, cujo prazo se inicia na data de entrada em vigor do DL 240/98, de 7 de Agosto.

Ora, este Deficiente está abrangido pelo art.º 7º do DL 240/98, de 7 de Agosto que lhe dá direito a pedir à CGA a submissão a nova Junta Médica por agravamento da deficiência que contraiu ao serviço da Pátria, mas a Caixa nega-lhe este mesmo direito, dizendo que o prazo estabelecido é o que consta no n.º 2 do art.º 94º do EA, a contar da data em que foi fixada a pensão de invalidez, quando de facto o DL 240/98, de 7 de Agosto, veio consagrar um direito novo, cujo prazo se inicia na data da entrada em vigor deste novo diploma.

Assim se entende, todos os deficientes em serviço têm direito a solicitar Juntas Médicas por agravamento de deficiência e a CGA não tem que aceitar a interpretação do legislador o direito da igualdade para todos os deficientes em serviço.

João Gonçalves

RÁPIDO · FÁCIL · SEGURO



TOTOMIC

O NOVO SISTEMA DE APOSTAS

DA SANTA CASA.



APOSTE AGORA, GANHE JÁ.

Segunda edição do Projecto "Mãos à Obra"

Pintura e Fado animam Sede Nacional



A representante da CML visitou a ADFA no dia da pintura

Um convívio cultural que congregou várias instituições de e para deficientes teve lugar com a segunda edição do Projecto "Mãos à Obra", em que diversos pintores, poetas e músicos se associaram à ADFA durante o dia dois de Junho, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa.

Desta vez, entre os artistas que compare-

ceram, estiveram também alunos de pintura, que dedicaram algumas telas à problemática da deficiência.

Adão Rodrigues, pintor e amigo da Associação, participou activamente na coordenação do evento com o Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo da

Sede, "emprestando" a sua boa disposição aos outros participantes, no acolhimento inicial e durante toda a jornada.

A manhã foi preenchida totalmente pela pintura, num espaço que foi preparado para o efeito, no exterior coberto por uma rede camuflada cedida pela Força Aérea.

Os temas escolhidos pelos artistas abrangem a temática da deficiência, as paisagens, as naturezas mortas e pinturas mais abstractas, entre outras opções, notando-se a participação das esposas de alguns associados, que também deram o seu contributo plástico artístico à iniciativa.

O almoço oferecido pela Câmara Municipal de Lisboa decorreu no restaurante da Sede, facilitando ainda mais o convívio e "estreitando relações e permitindo a maior proximidade entre os convidados", como referiu António Capela Gordo, 2º secretário da DN.

As várias técnicas de pintura continuaram a ser praticadas até meio da tarde, altura em que teve início uma sessão musical de homenagem a Zeca Afonso e Carlos Paredes, que contou com a participação de João Manso, na guitarra, e de Luísa Amaro, na viola, sendo também declamados poemas por Paula Cardoso Capricho e Capela Gordo.

Adão Rodrigues agradeceu "a homenagem feita também aos ex-combatentes desta Casa", aludindo ainda aos "símbolos de liberdade e de simplicidade que são Zeca Afonso e Carlos Paredes".

A sessão de pintura foi visitada pela representante do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vanda de Freitas, e pela representante do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Trindade Colarejo.

Destacou-se de entre os pintores portadores de deficiência Ana Maria Vieira, de 39 anos, que já havia participado na primeira edição do Projecto "Mãos à Obra", em 1999, sendo o seu quadro leiloadado em 25 de Março de 2000. A pintora trabalha com outras pessoas portadoras de deficiência e, segundo a sua mãe, "encontrou na ADFA um local para dar a conhecer o seu trabalho artístico".

A tarde prolongou-se com a presença de Lívio de Moraes, pintor e amigo da ADFA, que, em jeito de conclusão da actividade, proporcionou um exemplo da sua obra, rodeado de alguns dos alunos de pintura, de associados e amigos que não quiseram deixar de apreciar o seu trabalho.

As obras fruto deste dia dedicado às artes foram oferecidas à ADFA e vão integrar uma exposição itinerante na Sede e Delegações, sendo leiloadas em data a determinar, com o objectivo de proporcionar fundos para uma bolsa de estudo na área da pintura a um cidadão portador de deficiência. •

R.V.

Pesca Desportiva em Lisboa

1.º Campeonato Inter-Delegações

"Em Lisboa pesca-se muito e bem." Foi esta a frase que dominou o I Campeonato de Pesca Desportiva Inter-delegações, realizado no passado dia 16 de Junho, entre Alcântara e Belém, em Lisboa, com organização do Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo da Sede Nacional da ADFA.

Foram 107 os pescadores que, vindos dos mais diversos pontos do País, se reuniram para "tentar esvaziar de peixe o Rio Tejo", participando a ADFA com equipas de Lisboa, Peniche, Coimbra e Setúbal.

A equipa de Setúbal, que integrou dois campeões nacionais e vice-campeões mundiais, arrebatou os troféus mais cobiçados, ganhando por equipas com 40.590 pontos e por agrupamentos, com 62.850 pontos.

O maior exemplar coube a Evaristo Santos, da equipa dos "Abençoados", que ferrou uma tainha com 1,100 Kg.

Os campeões a título individual foram José Reis e Paulo Santos, ambos da ADFA de Setúbal, com 33,460 Kg e 22,260 Kg ferrados, respectivamente.

O que abundava era a tainha mas também houve quem apanhasse bons sargos, algum peixe-rei, caboz, sargueta e outras espécies.

Na azáfama de mais fisgar os cardumes que circulavam junto ao paredão, alguns pescadores deixavam escapar tainhas que deram bastante luta, escapando mesmo algumas com a manga de rede onde estavam aprisionadas depois de pescadas.

Para os vencedores o cansaço era visível no final da prova, pois a enorme quantidade de peixe nos baldes era sinal de muito trabalho e técnica para trazer os irrequietos exemplares.

Houve mesmo quem atirasse para cima do paredão o peixe apanhado, sem tempo para ensaca-lo.

Os Bombeiros Voluntários da Ajuda apoiaram a realização da prova, apesar da noite movimentada que antecedeu o Concurso.

Os turistas e transeuntes que passavam pasmaram com a dinâmica demonstrada pelos mais experientes e sorriam com a ironia de quem pescavam "peixe para a caldeirada" com reduzidos centímetros.



A pescaria decorreu entre Alcântara e Belém

Nas classificações de juniores, Bernardo Moisés ficou em primeiro, seguido de Miguel Almeida e Bruno Antunes. As senhoras Ana Mateus, Emília Casaca e Leonor Sobral conquistaram, respectivamente, os três prémios das classificações femininas.

O encontro desportivo continuou na Sede Nacional, num almoço-convívio em que também estiveram representados os Órgãos Sociais

Nacionais e algumas delegações, bem como a Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa.

O presidente da DN, Patuleia Mendes, bem como os presidentes da Delegação de Setúbal, José Faria, e do Núcleo de Peniche, Horácio Luz, felicitaram a organização e aplaudiram o evento, na expectativa de voltar a ver mais de cem pescadores na Sede Nacional da ADFA.

R.V.

A ADFA agradece o apoio na realização dos eventos de pintura "Mãos à Obra" e pesca em Lisboa às seguintes entidades:

Firmas: Águas do Vimeiro; Camisaria Moderna, Delta Cafés; Dinis "M. A."; Estoril Sol, Vinhos "Fruticampo", Glacial; Tecnimar; Limpanete; Pisões; Padaria Pocol, Lda.; Portugal Telecom; Rio - Tabacos, Lda.; Schweppes; Sonae - Modelo e Continente; Talho Transmontano; Estoril Sol, Caixa Geral de Depósitos, Nestlé, Quadrimóvel, Mobil Oil Portuguesa, S.A., Casa Ferreira, Plastidom, Rigo, Total.

Juntas de Freguesia: Ajuda, Alcântara, Ameixoeira, Alto do Pina, Alvalade, Beato, Carnide, Charneca, Lapa, Lumiar, Marvila, Mina, N.ª Sr.ª Fátima, Pena, Penha de França, Prazeres, St.ª Engrácia, St.ª Justa, St.ª M.ª Olivais, St.ª Estêvão, S. Francisco Xavier, S. Nicolau, S. Sebastião da Pedreira, S. Vicente de Fora, Sé.

Câmara Municipal de Lisboa.

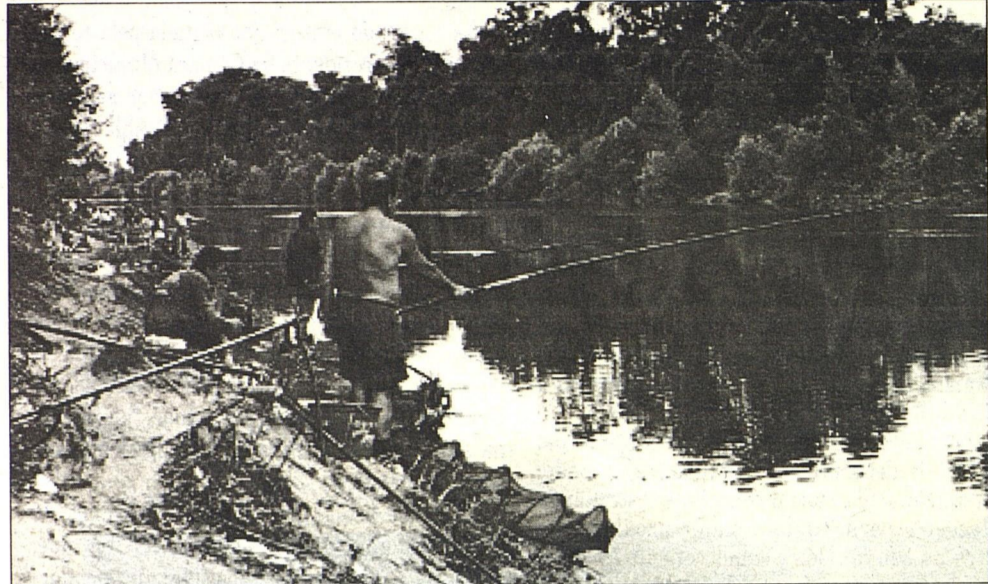
Bombeiros Voluntários da Ajuda.

Força Aérea Portuguesa.

Coimbra

XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio

RAFAEL VICENTE



Foram mais de setenta os pescadores que participaram no concurso

As margens do Mondego foram o ponto de encontro para o XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio organizado pela Delegação da ADFA em Coimbra, no passado dia 14 de Junho.

A iniciativa congregou 79 pescadores que se organizaram em 12 equipas espalhadas pelos pesqueiros organizados no Choupal e Choupalinho.

O desembaraço e a técnica levaram ao

primeiro lugar a equipa LAHUC, com 18 pontos, a que se seguiu o CP de Monte Real, com 19. Em terceiro ficou a equipa da ACM, com 20 pontos. O grupo de pescadores da ADFA de Lisboa conquistou os dois últimos lugares, com um resultado de 60 e 63 pontos.

"A pesca não foi famosa, mas o dia foi muito bem passado", comentou Fernando Sousa, da ADFA, que fez equipa com Jorge Neto, Paulo Neto e José Joaquim. Integraram a outra equipa da Sede os associados Fernando Carvalho, Luís Neves, Zeferino Ribeiro e José Faria.

Na classificação geral por sectores, as pontuações dos primeiros três premiados foram as seguintes: sector A - António Fresco, com 2.380 pontos; Rui Cardoso, ACM, com 2.240 pontos; e João Miranda, com 2.160 pontos. No sector B, Luís Jerónimo, CP Monte Real, com 2.420 pontos; Diamantino Almeida, ACM, com 2.400 pontos; e Carlos Quinteira, CPCTT, com 1.040 pontos. No sector C, António Macedo, Chão do Bispo, com 7.880 pontos; José Ferreira, CPCTT, com 2.360 pontos; e Hilário Gaspar, CP Monte

Real, com 2.200 pontos. Finalmente, no sector D, José Garrima, com 4.780 pontos; Beto Machado, LAHUC, com 4.500 pontos; e Maximino Gonçalves, CPCTT, com 3.100 pontos. No sector dos juniores, Hugo Alves, ficou com 580 pontos e Ivo Baptista, com 300.

Estiveram presentes um representante do Conselho Fiscal Nacional, os presidentes das delegações de Coimbra e de Setúbal e os representantes da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa.

Destacou-se a ajuda prestada pelos pescadores da equipa da Delegação Coimbra e a presença das mulheres dos associados da ADFA, "que muito contribuíram para o sucesso da prova", referiu um dos participantes de Lisboa.

O encontro terminou com um almoço-convívio nas instalações da Delegação de Coimbra, onde, depois de terem pescado no Mondego, os participantes puderam "pescar", no prato, as sardinhas que saltavam das brasas. •

R.V.

Acampamento Nacional e Concurso de Pesca

Grande convívio em Pedrógão

De sete a dez de Junho decorreram no Parque de Campismo da Praia do Pedrógão o III Acampamento Nacional do Deficiente e o I Concurso de Pesca Desportiva de Mar organizados pelo Núcleo da ADFA em Leiria, com a colaboração da Delegação de Coimbra.

No dia nove teve lugar a abertura oficial do Acampamento, que contou com a presença dos representantes do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, do Chefe de Estado Maior da Força Aérea, do Comandante da Região Militar Norte, da Federação Portuguesa de Campismo, com o comandante do RA 4, o presidente da delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Leiria, o presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, o presidente da MAGN, o presidente da DN e o representante do CFN.

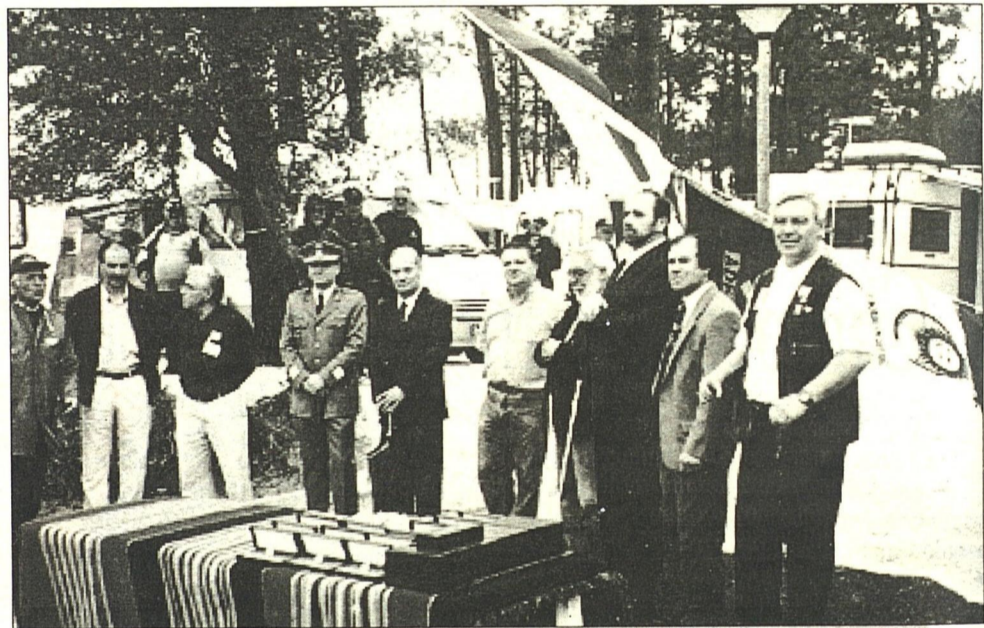
Os elementos dos 21 clubes e grupos de campistas participaram também na cerimónia oficial, com o hastear das flâmulas dos grupos e cantando o hino do campista.

O presidente da DN, Patuleia Mendes, congratulou-se com o êxito da iniciativa, saudando as entidades presentes e referindo que "esta é uma das formas de interacção da ADFA com a sociedade em que se insere" e salientando que a grande participação dos companheiros (assim se chamam os campistas) é muito importante para o contacto da ADFA com o exterior.

O Acampamento também incluiu actividades como uma visita à Base Aérea n.º 5 e jogos tradicionais, que tiveram o seu pico no fogo de campo, na última noite.

Durante a manhã realizou-se o I Concurso de Pesca Desportiva de Mar, na Praia do Pedrógão, participando os pescadores da Secção de Pesca da Delegação de Coimbra, entre outras instituições que também aderiram ao evento, apesar da chuva que caía incessantemente.

O esforço trouxe a Carlos Branco o maior



Abertura oficial do Acampamento Nacional do Deficiente

exemplar, que lhe valeu 25.600 pontos, colocando-o no primeiro lugar das classificações. A segunda posição foi para Manuel Silva, com 4.951 pontos, ficando em terceiro Carlos Reinaldo, com 1800 pontos.

O convívio culminou com um almoço em que campistas e pescadores se reuniram aos desportistas de basquetebol em cadeira de rodas que também animaram a manhã. •

RV

Parque de Campismo da Gâmbia

Delegação de Setúbal comemora 25 anos



O Parque de Campismo da Gâmbia, Setúbal, foi o local onde mais uma vez a Delegação de Setúbal realizou a sua tradicional sardinhada associativa, no dia 30 de Junho.

Mais de 200 pessoas reuniram-se em alegre convívio em que, este ano, também se comemorou os 25 anos da criação daquela Delegação.

O encontro contou com a presença dos presidentes das delegações de Famalicão, Faro e Viseu, sendo José Faria, presidente da Delegação de Setúbal, o principal impulsor da iniciativa.

A Direcção Nacional esteve representada pelo seu presidente e pelo tesoureiro, comparando também um representante do Conselho Fiscal Nacional, não sendo possível à Mesa da Assembleia Geral Nacional estar presente, uma vez que simultaneamente, na Sede Nacional, se desenrolava o acto eleitoral para a Delegação de Lisboa, facto que foi referido pelo presidente da DN, na sua alocução.

Patuleia Mendes aludiu ainda à necessidade de mobilização associativa em torno das reivindicações dos deficientes

militares, referindo a actual conjuntura social e política, e mesmo a remodelação governamental que a ADFA tem acompanhado atentamente.

Com sardinha, entremeada, febras e bebidas à discrição, o convívio começou pelo meio dia e só terminou pelas 19h00, contando com a actuação de um grupo musical que interpretou baladas dos anos 60 e canções populares.

Os convivas dançaram e cantaram até ao cansaço, enquanto esperavam que se assassem as febras e a entremeada.

As dificuldades inerentes à deficiência não foram obstáculo à realização de uma "farrã" completa. A boa disposição imperou durante toda a tarde e não esmoreceu quando bateu a hora de arrumar o material.

Ficou o desejo de marcar imediatamente a próxima sardinhada, mas o ELO sabe que o próximo convívio organizado pela Delegação de Setúbal será uma viagem até Santiago de Compostela, Espanha, com data marcada para oito e nove de Setembro. •

R.V.

Fórum Deficiência e Reabilitação no Alto Tâmega

Problema das acessibilidades debatido em Boticas



"Acessibilidades ao Património Construído" e "O Papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência" foram os temas que dominaram o Fórum Deficiência e Reabilitação no Alto Tâmega que teve lugar no passado dia 29 de Junho, em Boticas. A iniciativa foi promovida pela Delegação do Porto/Núcleo de Chaves e pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) em colaboração com diversas entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal de Boticas, a Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, a Associação de Municípios do Alto Tâmega e a Santa e Real Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas.

Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, abriu a sessão salientando a importância da realização deste tipo de iniciativas e referiu que estas "são fundamentais para discutir os problemas que afectam todos os cidadãos". Fazendo a ponte para os temas a debater, o presidente afirmou que "qualidade de vida é sinónimo de acessibilidades".

Esta ideia foi reiterada por todos os oradores. No entanto, a realidade afigura-se bastante aquém do que seria desejável. Isso mesmo ficou demonstrado nas várias intervenções que tiveram lugar na parte da manhã, onde foi abordado o tema "Acessibilidades ao Património Construído". A mais elucidativa partiu de Rodrigo Moreira, arquitecto da Câmara Municipal de Chaves, que com a ajuda de slides, deu a conhecer a realidade das infra-estruturas existentes em contraponto com o que a legislação prevê. Exemplos de passeios sem as dimensões necessárias para a circulação de cadeiras de rodas, sinalização que é colocada aliatariamente, colocação de elementos decorativos nas vias de acesso, foram suficiente para concluir que "ainda há muito trabalho a fazer" como referiu o Presidente da Câmara de Boticas. Já em entrevista ao Elo, o Presidente da autarquia reconheceu que "vai ser difícil solucionar todos os problemas relativos às acessibilidades no concelho, principalmente no que respeita à adaptação dos edifícios já construídos",

no entanto garantiu que "no que se refere a edifícios que se venham a construir a questão das acessibilidades não se irá colocar".

Difinir regras

"O problema já não está no campo da boa vontade", referiu Carlos Pereira, do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) ao abordar o tema "O Decreto-Lei 123/97 e as normas técnicas sobre acessibilidade". "A fase da sensibilização já passou, acabou com a saída do decreto-lei" e continuou "agora há uma lei para cumprir e é necessário elaborar planos estratégicos para a resolução dos problemas". Num discurso forte e incisivo, Carlos Pereira afirmou ainda que "é necessário definir regras, a questão das acessibilidades é irreversível". "Estes problemas dizem respeito a todos, a sociedade é diversificada e tem de ser inclusiva" e concluiu "toda a gente tem direito a viver e a participar".

A abordagem do tema das acessibilidades numa perspectiva positiva pautou o segundo painel do Fórum dedicado ao tema "O papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Qualidade de Vida das pessoas com Deficiência". Aqui foram dadas a conhecer algumas experiências coroadas de êxito que em nada ficam a dever àquilo que se faz no estrangeiro. É o caso das "ciber-enfermarias", um projecto da responsabilidade de Francisco Godinho da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O objectivo, segundo Francisco Godinho "é melhorar o tempo de recuperação dos doentes através do acesso à internet, libertando-os do isolamento e do stress a que estão sujeitos durante o período de internamento".

Inicialmente este projecto começou por ser um projecto piloto com a duração de um ano, em que estiveram envolvidos os hospitais distritais de Vila Real e de Chaves. Mais tarde foi estendido aos hospitais de Macedo de Cavaleiros, Bragança e Mirandela. Actual-

mente, e com o apoio do Ministério da Ciência e da Tecnologia, o objectivo é estender o projecto a nível nacional. Nesse sentido foi lançada a campanha "Uma Ciber-Enfermaria por Hospital", que já conseguiu a adesão de 33 hospitais o que corresponde a um terço das unidades hospitalares do país.

A experiência do Hospital Distrital de Chaves no campo das novas tecnologias foi também abordada por Francisco Taveira, Director Clínico daquele hospital. Actualmente esta unidade já desenvolve algumas técnicas, nomeadamente a tele-medicina, que permite, além de estabelecer contactos imediatos com qualquer parte do mundo e por consequência a resolução de algumas situações num curto espaço de tempo, a economia de custos que essas mesmas situações poderiam acarretar para o hospital.

Para o Director Clínico "é fundamental vulgarizar o acesso às ciências da informação para assim poder haver igualdade de oportunidades".

Sobre este assunto, a expressão mais elucidativa veio de Jerónimo de Sousa, Director do CRPG ao afirmar que "a tecnologia é plástica que se compra a x contos o quilo, a questão centra-se na capacidade de fazer uso dessa tecnologia".

O Sistema de Apoio ao Emprego (SAE), foi outra experiência apresentada neste Fórum. Este projecto é da Responsabilidade do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e tem como principais destinatários desempregados de longa duração e pessoas portadoras de deficiência. Segundo Carla Faria do CRPG, e uma das responsáveis pelo projecto, "tudo o que se relaciona com empregabilidade está previsto neste sistema". Actualmente a funcionar apenas em Vila Nova de Gaia, neste Fórum ficou firmada a pretensão da Santa e Real Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas de assinar um protocolo para a instalação de um polo do Sistema de Apoio ao Emprego neste concelho. • AV

Com o Encontro Nacional de Mulheres da ADFFA que teve lugar no passado dia 26 de Maio, foram muitos os casos conhecidos de mulheres que tiveram que enfrentar uma vida em nada fácil após a morte dos maridos. Lídia Monteiro foi uma das muitas mulheres presentes no encontro. Falar da sua situação é um assunto doloroso que a memória não consegue apagar.

Encontro Nacional de Mulheres da ADFFA

Um caso da vida real



Natural de Boticas, cidade do Alto Tâmega, Lídia Monteiro vive em Sapiãos, uma aldeia situada a três quilómetros do centro da cidade, onde a natureza ainda permanece quase intacta, onde a vegetação cresce livre nos montes e os animais passeiam pelas ruas indiferentes à presença dos homens.

Era neste paraíso que Lídia vivia com a sua família, o marido e os quatro filhos. "Tínhamos uma vida boa, não nos faltava nada" conta com um brilho nos olhos, um brilho que expressa a saudade daqueles tempos de felicidade.

Um ano antes do falecimento do marido começaram a surgir alguns problemas. Os

pesadelos do marido faziam com que as noites fossem mal dormidas. Eram sonhos com guerra e com feridos que o faziam acordar a meio da noite e ficar acordado até de manhã à conversa com a mulher, "só assim é que ele se sentia bem" refere.

Pouco tempo depois veio a irritabilidade. "Os filhos não podiam falar mais alto que ele ficava logo revoltado".

Começou a ser seguido pelo médico de família, mas nunca se falou em stress. Um dia Lídia foi com o marido pescar, "pelo caminho ele disse que não se sentia muito bem, paramos e ele foi beber água". "Já no rio, estávamos os dois a pescar quando demos conta que um saco tinha caído à água, ele atirou-se e nadou até o agarrar. A partir daí desapareceu".

Foi a partir desta altura que começaram os grandes problemas. "Surgiram dívidas que eu não fazia ideia de ter. Muita gente aproveitou-se da minha situação." "Tínhamos pedido um crédito para fazer as obras na casa que continuo a pagar porque não fizeram seguro". "Não tive ajuda de ninguém" lamenta. "O único apoio foi de uns primos afastados emigrantes que me ajudaram nas despesas do funeral".

Os quatro filhos andavam a estudar. A

Lídia trabalhava numa escola onde ainda continua.

As dificuldades fizeram com que dois filhos fossem viver para Lisboa à procura de uma vida melhor, o trabalho nas obras foi a alternativa.

Em Sapiãos ficaram a Cristina, a Andreia e a Lídia, que teve que continuar a enfrentar de cabeça erguida e com uma coragem por vezes escondida os graves problemas que viviam.

"Quantas vezes cheguei a ir trabalhar só com um pão com manteiga para comer, escondido para que os meus filhos não se aperceberem", conta com a lágrima no olho. "Até o abono da Andreia me tiraram", recorda.

Quando as esperanças já estavam a faltar veio a tão esperada pensão. "Não é muito mas já ajuda. Nisso a ADFFA foi incansável, apoiou-nos muito".

Sobre o futuro, Lídia diz que só pede saúde para poder continuar a trabalhar. O futuro da Andreia, agora com 14 anos, é a sua grande preocupação. "Por ela faço todos os sacrifícios". Sobre a sua personalidade diz "sou optimista...é o que me vale" •

AV

Bragança comemora 27º aniversário



Momento do Almoço-Convívio em Miranda do Douro

Miranda do Douro foi a cidade eleita para acolher as comemorações do 27º aniversário da Delegação de Bragança.

Mais uma vez os dirigentes desta Delegação fizeram valer a sua política de descentralização e levaram até Miranda do Douro cerca de duas centenas de convidados entre associados e familiares.

Estas comemorações começaram com a concentração dos participantes junto à catedral da cidade, um magnífico templo no seu estilo clássico, dos mais imponentes de todo o norte do país. Aqui teve lugar uma missa em sufrágio dos associados já falecidos.

Depois, foi tempo de apreciar a habilidade dos três pára-quadistas que levaram bem alto as bandeiras de Portugal, do concelho de Miranda e da ADFA.

Em terra firme, e apesar do calor, os estômagos iam-se preparando para o grande almoço convívio. Fazendo jus à famosa tradição transmontana de bem servir, os convidados foram apresentados

com uma saborosa posta à mirandesa acompanhada pelo bom vinho da região.

A animar a festa, não faltou o som das gaitas de foles, que tocaram as músicas tradicionais da região de Miranda.

Os parabéns à Delegação de Bragança foram precedidos pelos também habituais discursos.

Domingos Seca, o Presidente da Direcção da Delegação aniversariante, aproveitou a ocasião para mais uma vez chamar a atenção para os problemas que os associados daquela região têm vindo a viver, ao nível, fundamentalmente, da assistência médica, devido à grande distância que os separa dos grandes centros como Porto e Lisboa.

Por seu lado, Jorge Maurício, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, apelou "à união de todos os associados em torno da nossa matriz, dos nossos objectivos primeiros". "Temos de ser uma grande família, a nossa segunda

família, a nossa segunda casa", salientou o presidente.

O Presidente da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, apontou o seu discurso no mesmo sentido e afirmou "temos de ser uma associação una e indivisível", e continuou, "somos todos iguais perante os estatutos, mas é verdade não somos todos iguais perante as dificuldades". Em jeito de conclusão o dirigente salientou ainda "queremos levar o nosso mandato até ao fim".

Os discursos terminaram com a tomada de palavra por parte do presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro que manifestou a disponibilidade da autarquia para apoiar a causa dos deficientes das forças armadas. O autarca agradeceu o facto de a delegação de Bragança ter escolhido a sua edilidade para levar a cabo estas comemorações e terminou com um convite aos presentes para voltarem a visitar Miranda do Douro, "a cidade mais limpa do país, onde se respira ar puro.

O Menino Jesus da Cartolinha

A lenda remonta ao início do século XVIII, quando o exército castelhano invadiu Miranda do Douro e a assolou durante vários meses.

Quando a cidade se encontrava desolada, saqueada e vexada pelos castelhanos sem esperança de remissão, à espera de reforço das nossas tropas que nunca chegava, aparece nas muralhas um homem vestido de fidalgo cavaleiro chamando os mirandeses e gritando às armas contra os invasores. De todas as casas saíram armados de foices, gadanhas, espingardas e varapaus para escorraçar os espanhóis.

À frente dos mirandeses o menino Jesus aparecia ora desaparecia, até que no dia da luta e depois da cidade libertada o menino nunca mais se viu. Procuraram-no por toda a parte, mas em vão. O pequeno "Cartolinho" tinha desaparecido. Os mirandeses acreditaram que se tratava de um autógrafo milagre esta vitória contra os espanhóis que foi sem dúvida um grande favor.



O Almoço-Convívio decorreu no restaurante "Mirandês II"

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Menino Jesus.

Mandaram então esculpir uma imagem do Menino Jesus vestido de fidalgo cavaleiro, à maneira da época e colocá-la num altar na catedral.

Outra versão da lenda diz que o Menino Jesus foi encontrado na rua e que alguém o levou para a catedral.

Inicialmente o Menino não era conhecido como "cartolinha" já que esta apenas surgiu com a revolução industrial no século XIX. A cartolinha não foi mais do que um pedaço de papel com uma boa fé de alguém que quis distinguir o Menino Jesus com este traje de fidalgo.

Actualmente, o Menino Jesus da Cartolinha é alvo de devoção de todos os mirandeses e mesmo dos vizinhos espanhóis. O Cavaleiro protector da cidade e das honras do planalto mirandês, este é o principal atractivo dos visitantes da Catedral de Miranda do Douro. •

Episódios



Sinais dos tempos

José Diniz

Na minha aldeia havia um comendador, homem que detinha um vasto património espalhado por todo o País. Tinha quintas no Minho, em Trás-os-Montes, nas Beiras, no Alentejo, etc.. Estas propriedades, que se mantinham na família há várias gerações, já haviam conhecido tempos áureos proporcionado grande prosperidade e prestígio. De facto, a qualidade dos seus produtos foi sempre bem malteada aquém e além fronteiras.

A certa altura começaram a soprar ventos de mudança, mas o nosso latifundiário fez ouvidos de mercador às propostas de reconversão das propriedades. Preferiu dedicar-se a outras áreas de atividade e aliar-se a sócios estrangeiros na promoção de negócios de lucro fácil.

O peso dos valores e pergaminhos familiares ainda o incomodavam, mas, vencido pela visão economicista da vida, resolveu atirar esses pruridos para trás das costas e nomear um novo administrador da sua confiança para gerir as quintas e tomar as medidas necessárias. Este iniciou, de imediato, visitas às propriedades para avaliar, in loco, as potencialidades ou fragilidades de cada uma.

Passado tempo, o administrador chamou o caseiro da Quinta do Monte Santo, na Beira Baixa, para lhe comunicar a decisão de suspender imediatamente as sementeiras. Apanhado de surpresa, o caseiro observou:

- Mas, Sr. Administrador, vamos acabar com a riqueza-base desta propriedade. Vai ser o seu fim!... Para mais, os preparativos das sementeiras estão em curso, já há despesas feitas e pessoal contratado; também o tempo está a correr de feição e prevê-se uma colheita razoável...

- Não interessa, - atalhou o administrador - não haverá sementeiras de espécie nenhuma, as terras ficam em pousio. Os pomares e a vinha mantêm-se até ver, mas o fabrico do vinho vai ser feito apenas com a produção da quinta, não se comprará nem um grão de uvas.

- Saiba o Sr. Administrador que a nossa adega está muito bem equipada e a capacidade da maquinaria excede em muito a nossa produção. Por outro lado, os nossos vinhos são de excelente qualidade e já temos compromissos para escoamento de toda a produção, - tornou a argumentar o caseiro.

Sr. Moreno, - voltou o administrador - em relação a esse problema das máquinas também já está tudo resolvido.. Posso adiantar-lhe que o Sr. Comendador herdou há tempos de uma tia a Quinta do Paço na zona de Carcavelos e tem projectado para lá o plantio de uma grande vinha. Desta forma a maquinaria da Quinta de Monte Santo será transferida para lá.

Já sem argumentos e acabrunhado, o caseiro ainda se atreveu a comentar:

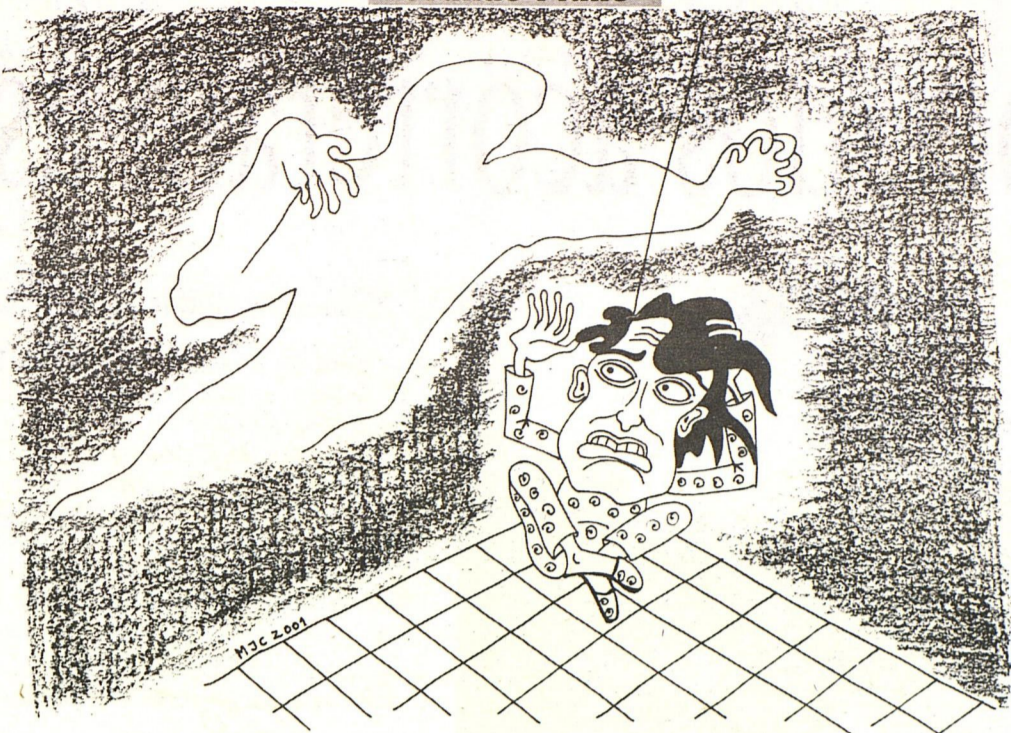
- Isto é o fim de décadas de trabalho, de tantas e tantas tradições, de um património erguido a custo por tantas gerações de homens e de mulheres, enfim, é o desmoronar de um lindo sonho do bisavô do Sr. Comendador!...

- Aqui na administração também lamentamos tudo isso, mas os tempos são outros e já não se compadecem com saudosismos estéreis, - rematou o administrador.

O caseiro lá voltou amargurado para a sua quinta, não querendo acreditar que tudo o que se estava a passar fosse verdade. •



Grande Plano



A sede que a guerra faz...



Jaime Ferreri

Ter stress é ser objecto de estudo, é sobre si alguém sonhar uma hipótese de cura. Quem lhe dera ser de vez maluco, não ter um instante em que alinhava uma ideia. Esquecer a guerra e tornar-se aos olhos dos outros o pior dos miseráveis; esquecer toda a gente para que os outros o esqueçam também a ele.

Chama-se Joel, tem cinquenta e quatro anos e todos sabem, desde a família aos amigos, que um dia o meteram num barco e o fizeram chegar a África. Contam-se histórias a seu respeito mas todos na terra há muito lhe perderam o respeito.

Passeia-se pelos caminhos da aldeia, tem lugar marcado na tasca onde abafa as mágoas e a mãe paga as tigelas que a mísera pensão não cobre porque nem sequer às mãos lhe chega. Fora em tempo disputado (dizia-se que muita donzela por ele se embicara em sonho adiado de altar) e coubera-lhe em sorte uma mulher de vida. É ela que hoje lhe mantém os filhos, para eles trabalha e lhe administra a rafada pensão que a segurança paga.

Há quem diga que é um inferno a vida do Joel, que continua num fadário como que à procura do feitiço que uma negra lhe lançou na guerra ou a pagar maldição que rejeitada lhe rogou na elevação entre o cálice e a hóstia... Outros dizem que procura a mãe pois a que de nome ostenta nunca o tivera de filho verdadeiro. Criara-o e amamentara-o. Quantas vezes ao pô-lo ao peito lhe chamava de Miguel, lhe trocava o nome como que a confundi-lo com o filho perdido. Hoje gosta dele como se mãe física fosse, como que o leite que lhe sugara os juntasse para sempre.

Mas é a guerra que o Joel traz na alma, que lhe veste a mente e lha atrapalha em cada instante. O vinho que bebe é a forma de matar essa sede que o consome, que lhe corta o respirar, que o abafa. Chamava-se Caetano aquele negro com que noite a noite sonha, num remorso que dói, que consome e destrói por dentro... É sempre de noite que a razão o toca, é sempre de noite que um arrependimento se abate sobre ele e o transforma e o faz sentir-se o mais miserável dos homens. Quando de manhã chega à tasca e se afoga no bagaço, basta uma peta dele como que a servir de fermento ao álcool que resta do dia anterior, a cabeça torna-se leve e o Caetano desaparece-lhe da memória... Com ele vão-se também os amigos que na picada de Luatize, em Moçambique, se desfizeram em pedaços. Um unimog era frágil demais para a potência duma mina anti-carro. Tão frágil como a negra que o pelotão violou, em bicha, até à exaustão...

Debica pelo almoço uma garfada de comida... e de novo se mete a caminho calcorreando veredas, sorvendo a paisagem, cosendo-se a ela, mascarando-se de árvore, de bicho, de tudo que não seja gente, que não pense, que não sinta o horror de ter consciência. A intervalos passa pela tasca, sorve um trago e continua a via sacra da vida até que o sol lhe segrede as horas e o force a tomar o rumo de casa. É como que, de forma inconsciente, atender ao chamamento da mulher, agradar-lhe ou manifestar-lhe um resquício de respeito. Depende dela sem dela precisar, teme-a num misto de desdém e de subserviência conforme a mente se guia pelo tino ou se deixa embalar pelo etéreo da bebida.

De resto o Joel é assim... ele mesmo perdido e sem deixar que ninguém o encontre. Recusa o médico, os remédios, um possível internamento. Ter juízo para ele é dor que mata, que define... Ter stress é ser objecto de estudo, é sobre si alguém sonhar uma hipótese de cura. Quem lhe dera ser de vez maluco, não ter um instante em que alinhava uma ideia. Esquecer a guerra e tornar-se aos olhos dos outros o pior dos miseráveis; esquecer toda a gente para que os outros o esqueçam também a ele. E se dos outros não vir os olhos que sondam, e se dos outros não topar essa curiosidade mesquinha que reduz, e se dos outros escapar às piadas sibilinas e injustas, talvez se prontifique a enterrar de vez o Caetano, esse negro que matou e dia a dia lhe pede vingança. Até com ele se senta na tasca e lhe partilha o copo em cada golada de sede a prolongar-se.

Quem dera que um dia a vida parasse... e morresse dentro dele essa sede de vingança... nem que para isso tivesse de morrer também com ela. •

Editorial



António Carreiro

Sangue mais barat

Das reacções veementes que me têm chegado, poderia sintetizar como real a seguinte história relativa às pensões de preço de sangue:

"Tive uma juventude sofrida, de trabalho e estudo. Poupei dinheiro para subsistir quando fosse para a tropa que, claro, gastei todo durante o Curso de Oficiais Milicianos.

Depois passei a oficial e a poupar dinheiro para me casar. Mas a mina cortou-me as poupanças num instante. As poupanças e as esperanças. Mas lá me casei e tive filhos.

Mas ela não aguentou... A minha deficiência era demasiado grande, exige muita disponibilidade e paciência e até me pagam terceira pessoa. Lá dividi a pensão com ela e com os miúdos.

Nem tudo é mau, arranjei uma companheira e nasceu outro pimpolho.

Começámos a pensar e como os DFA estão todos a morrer aos cinquenta e tal anos (a minha idade), achámos melhor casar para dar alguma segurança à mulher e ao miúdo. Mas agora, quando soube desta das pensões de preço de sangue, ia tendo um achaque. Então se eu morro, longe vá o agoiro, a minha mulher não vai ter dinheiro nem para ela nem para o miúdo, que ainda anda a estudar. Veja lá! O que é que a ADFA vai fazer por causa disto! É que só da prestação da casa de três assoalhadas estamos a pagar mais de 80 contos por mês.

Eu não compreendo isto. Já me disseram que até a viúva de um almirante só recebe 90 contos por mês. Se isto continua assim, aonde é que vamos chegar. Então, eu fiquei deficiente na guerra e nem posso morrer? Isto é um escândalo, uma vergonha!"

Depois deste relato condensadíssimo ao qual retirei as palavras de indignação menos próprias, não seria necessário acrescentar mais nada.

O que se passa com as pensões de preço de sangue é mais que uma afronta e uma vergonha nacional: é o despudoramento total, que nem no tempo do fascismo ousou fazer-se. É um fingir que se dá e subrepticamente retirar toda a segurança aos cidadãos.

Tanto mais grave quanto se sabe que as pessoas só aos poucos e na hora da dor da perda do ente querido, se dão conta do logro em que caíram.

Para alguns significará que a miséria lhes vai bater à porta.

No entanto, como o que agora vale são os critérios económicos, que essa coisa dos valores do Direito já é do passado, o sangue, como não podia deixar de ser, acompanha os índices da bolsa e cai em flecha nas cotações.

Tomem nota: é boa altura para comprar...

Podem enviar mais para a acções internacionais...

Acto eleitoral decorre em 11 mesas de voto

228 associados acorreram às urnas

FARINHO LOPES



Momento da votação na Sede Nacional

O acto eleitoral para os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa que teve lugar no dia 30 de Junho, e que decorreu em 11 mesas de voto espalhadas pela área associativa da capital, contou com a participação de 228 associados votantes.

Com um total de votantes na

Sede Nacional de 103, a votação nas outras mesas foi regular, com 125 votantes nas mesas de Alcobaça, Almada, Aveiras, Barreiro, Coruche, Entroncamento, Peniche, Santarém, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Logo pela manhã, aquando

Elementos eleitos para os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa

Mesa da Assembleia Geral da Delegação: presidente - Manuel Adérito Pereira Pinto, n.º 122; 1.º secretário - José Maria Alves Moreira, n.º 2079; 2.º secretário - David Cuna, n.º 13653.

Direcção da Delegação: presidente - Francisco Simão Carço Janeiro, n.º 6577; secretário - Fernando Ribeiro Cardoso, n.º 6577; tesoureiro - Francisco Rogério Pereira Sequeira, n.º 562; 1.º vogal - Viriato Joaquim Lopes, n.º 769; 2.º vogal - João Fernandes Teixeira Carvalho, n.º 100.

Conselho Fiscal da Delegação: presidente - António Manuel Garcia Miranda, n.º 3097; relator - José dos Santos Couto Ramos, n.º 234; vogal - Isaac Abreu Rodrigues, n.º 816.

Elementos da lista autónoma ao Conselho da Delegação de Lisboa

Membros efectivos: Manuel Lopes Dias, n.º 379; Armando Ramos Alves, n.º 248; Alberto Bento Raimundo, n.º 11521; Albertino Flores Santana (Sá Flores), n.º 566; Cardoso, n.º 1892; Alberto Andrade Pinto, n.º 618; José António Salazar, n.º 1057.

Membros Suplentes: Pedro Rodolfo Lavrador Franqueira, n.º 11170; Amândio Sanches Antunes, n.º 1139; Alberto Johannes Parker, n.º 5043.

da abertura da mesa de voto na Sede Nacional, o fluxo de votantes foi maior, voltando a intensificar-se pela tarde.

A altura de eleições foi também propícia para a regularização das quotas de alguns associados que, para poderem exercer o seu direito de voto as paga-

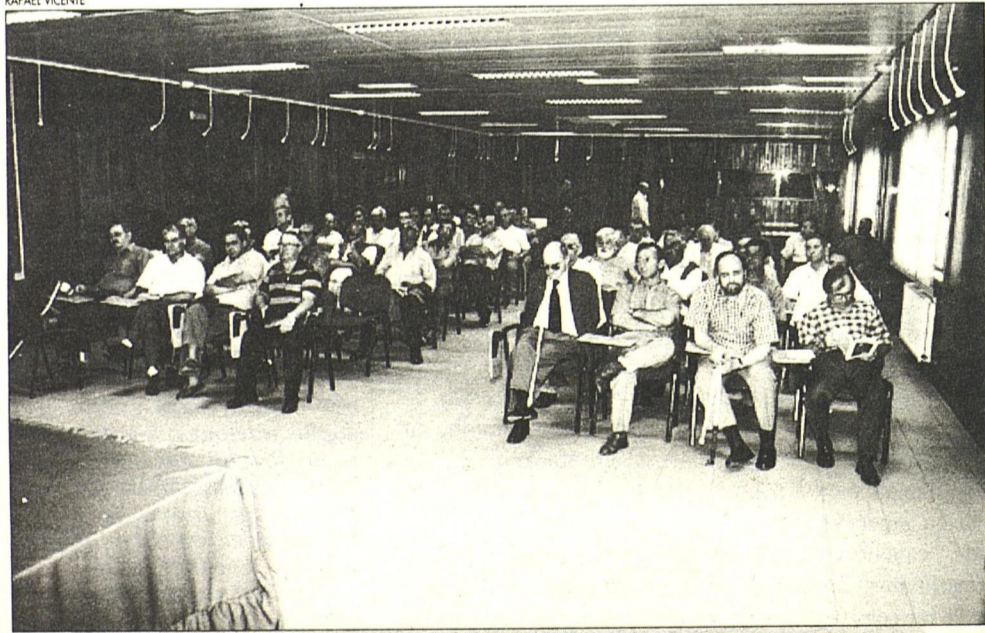
ram junto das mesas.

O período para o qual foi eleito estas eleições corresponde ao triénio 2001/2003, entrando em funcionamento os Órgãos Sociais da Delegação a partir do dia doze de Julho, com a cerimónia da Tomada de Posse.

Encontro de associados

Sessão de esclarecimento reúne mais de 80

RAFAEL VICENTE



Muitos associados participaram na Sessão de Esclarecimento

Mais de 80 associados da área de Lisboa participaram numa sessão de esclarecimento sobre o acto eleitoral e a criação da Delegação de

Lisboa realizada na Sede Nacional, no dia 22 de Junho.

O encontro, reputado como um êxito

associativo, culminou num jantar-convívio que encheu o restaurante da Sede.

A sessão foi aberta pelo então candidato a presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, Adérito Pinto, que deu as boas vindas aos associados, congratulando-se com o elevado nível de participação. "Estamos num momento em que devemos pensar o que vai ser o nosso futuro na Associação", salientou, apelando à participação.

Francisco Janeiro, candidato a presidente da Direcção da Delegação, afirmou que a 12.ª Delegação da ADFA "deve estar virada para os associados" e destacou a interacção com os núcleos, dos quais alguns elementos estavam presentes, como um dos grandes objectivos para revitalizar a dinâmica associativa da zona.

Lopes Dias, cabeça de lista para o Conselho de Delegação, lembrou o papel crítico e positivo daquele órgão, destacando a lista autónoma como motor das reuniões do CD, apontando uma meta, com a realização mensal de uma reunião do CD.

O representante da lista autónoma realçou o necessário diálogo com os membros do Conselho Nacional oriundos da área de Lisboa, como melhor forma de intervenção associativa.

Ficou patente, através das intervenções da assistência, que há ainda muito a fazer, nomeadamente no que respeita ao contacto com os associados mais carenciados.

O presidente da DN, Patuleia Mendes, lembrou que todo o movimento à volta da criação da

Delegação se deve ao esforço da Comissão Instaladora e alertou para o facto desta Delegação receber uma "carga pesada e onerosa". O presidente apelou ainda aos associados e candidatos aos órgãos daquela Delegação para que deem a unidade associativa necessária para colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais também ali representados, na estratégia reactiva da ADFA.

José Arruda, elemento do CN eleito presidente, reiterou a sua disponibilidade para realizar esforços com os membros do CD, no sentido da defesa dos interesses nacionais dos associados.

Muitas foram as manifestações de apoio pelos candidatos e pela acção desenvolvida pela Comissão Instaladora que cessa funções com a tomada de posse dos Órgãos da Delegação.

Salientou-se a intervenção de José Carlos Lopes Dias, que, intervindo pela primeira vez numa reunião deste tipo, disse querer conhecer melhor os núcleos da área de Lisboa, realçando que o funcionamento do bar/restaurante da Sede Nacional aos sábados pode ser uma mais valia para trabalhar e não pode deslocar-se à Sede Nacional durante a semana.

A reunião terminou, ficando no ar a expectativa de participar no acto eleitoral próximo avizinhava. •

Vem à tomada de posse dos Órgãos da Delegação de Lisboa

Dia 12 de Julho, pelas 17h00, na Sede Nacional

Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, em entrevista ao ELO

"Não vamos deixar cair os problemas dos associados"

Ir ao encontro dos associados, aperfeiçoando os serviços e em equipa com as Delegações, são objectivos dos novos OSD, liderados pelo seu presidente da Direcção da Delegação, Francisco Janeiro, que apela também para uma participação mais activa com a regularização das quotas em atraso

Rafael Vicente

ELO - Depois de tomarem posse, qual vai ser a prioridade dos Órgãos da Delegação de Lisboa?

Francisco Janeiro (F.J.) - Uma das primeiras coisas a fazer é um levantamento dos processos dos associados, falando com os serviços e apurando o que é possível melhorar. Um exemplo simples vai ser tentar abrir o bar e o restaurante ao Sábado, até porque a Delegação tem que vibrar com os associados de Lisboa. Devemos trazer as pessoas dos núcleos à Delegação. Queremos criar um relacionamento excelente com todas as delegações e com os Órgãos Sociais Nacionais (OSN).

Há uma grande vontade de participar por parte dos associados nos núcleos instituídos e em formação, como me foi possível constatar nas deslocações que tenho efectuado.

Temos que criar uma postura em relação ao acolhimento dos associados, que não podem sair daqui descontentes. Há que personalizar o atendimento, acompanhando os processos. Devemos, mesmo, contactar por carta os associados antes de eles se dirigirem à Delegação.

ELO - E sobre os associados com quotas em atraso? Um dos pontos do vosso programa de candidatura é aumentar a percentagem de regularização de quotas...

F.J. - Devemos ir ao encontro desses associados, explicar-lhes que o DL 43/76 foi fruto da luta da ADFA, dos seus associados.

Se não tivesse sido travada a luta de 1975, não teríamos a base legislativa para abranger muitos dos deficientes militares. Temos que explicar aos associados que, mesmo que tenham tido algumas dificuldades na ADFA, só puderam tratar dos seus processos fora, porque a Associação conseguiu o DL 43/76.

Devemos prestar homenagem aos associados que participaram nesse movimento.

ELO - Mas que postura têm em relação à regularização das quotas em atraso?

F.J. - Esta questão deve ser discutida entre os associados, para trazer essa massa crítica à ADFA. O Conselho Nacional e a Direcção Nacional têm que resolver este assunto. Deveria haver um "perdão", no sentido de captar os associados, elementos vitais para a vida da Delegação e da própria Associação.

ELO - Que participação terá a Delegação de Lisboa em termos de estratégia reivindicativa?

F.J. - Fiz e faço parte de um grupo de acompanhamento legislativo, com um trabalho que deve ser continuado. Esta Delegação não vai deixar cair os problemas dos associados e vamos trabalhar com a DN sobre isto. Os problemas dos associados devem ser encarados de frente e sempre na perspectiva da solução.

ELO - O que vai mudar, em termos de representatividade para os associados de Lisboa?

F.J. - A participação vai aumentar. Todos têm que ter voz. Aqui o presidente tem que interpretar os seus anseios, para sabermos equacionar os seus problemas para que sejam resolvidos com a maior brevidade.

Vamos dinamizar reuniões mensais com o Conselho de Delegação (CD) e com os associados e vamos dinamizar convívios mensais nos núcleos. Destaco a primeira actividade realizada na Sede, no próximo dia 21 de Julho, com uma sardinhada.

ELO - Sentiram-se apoiados pela massa associativa?

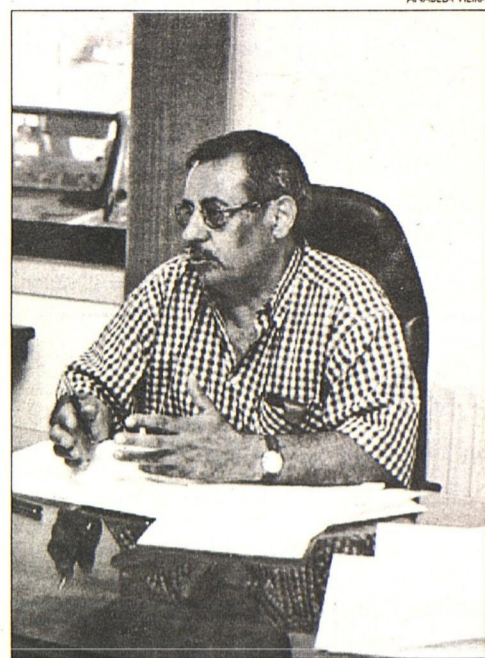
F.J. - Sim. Mesmo ainda enquanto elemento da Comissão Instaladora, esse apoio deveu-se ao nosso camarada Lopes Dias. Trabalhámos em equipa e a participação dos associados nos locais onde nos dirigimos foi sempre muito positiva. Os associados estão ansiosos por participar cada vez mais. Se eles não sentirem uma forte ligação à estrutura associativa, sentem-se à margem.

Sabemos que os associados sentem maior "à vontade" para colocar as suas dúvidas e questões, pela proximidade que esta Delegação poderá proporcionar. Não somos a extensão de uma estrutura pública. Temos que incentivar a interacção dos trabalhadores com os associados.

ELO - E que novidades vão surgir para a dinamização associativa?

F.J. - Isso passa, por exemplo, pela implementação de uma caixa de sugestões e pela possibilidade de se dirigirem aos OSD e mesmo de escreverem para o ELO. A Delegação não pode ser fechada; é dos associados e não dos dirigentes.

O associado deve dirigir-se à Delegação não apenas para pagar quotas, mas para participar nas actividades que nos unem em Associação. A Delegação tem que desenvolver



ANABELA VIEIRA

os serviços clínicos, na perspectiva do acompanhamento do stress de guerra, entre outras valências.

A Delegação deve, além de visitar e relacionar-se com as outras delegações, estabelecer parcerias com outras instituições, para benefício dos associados.

É importante informar todos sobre a legislação publicada e a publicar.

ELO - E na relação com o exterior?

F.J. - Vamos ser responsáveis, porque não podemos agir sozinhos. Os contactos com a comunicação social, por exemplo, cabem à DN, uma vez que coordena a estratégia associativa e reivindicativa.

ELO - Como caracteriza este mandato?

F.J. - Vou pautar este mandato pela cultura da exigência. Vamos tentar fazer sempre melhor, ouvindo quem conosco trabalha e quem a nós se dirige. •

Manuel Lopes Dias, da lista autónoma ao Conselho da Delegação de Lisboa, em entrevista ao ELO

ADFA grande centro de reabilitação

Todos deixámos o nosso sangue em África, somos todos deficientes militares. Os nossos associados têm que sentir um braço amigo, para ganharem coragem.

Rafael Vicente

ELO - Qual vai ser a vossa missão enquanto lista autónoma ao CD?

Lopes Dias (LD) - Na criação da 12ª Delegação da ADFA o CD assume uma grande importância. Os associados de Lisboa não têm tido voz directa. O CD vai ser o grande espaço de diálogo, onde estão reunidas várias linhas de pensamento sobre a ADFA convergentes no sentido de dar pistas. O fundamental é manter a coesão da Delegação e despertá-la para a participação. Trata-se de uma zona bastante deprimida. Basta ver as reuniões, o pagamento de quotas, as presenças nas assembleias gerais e nos aniversários nacionais.

Hoje mais do que nunca a participação dos cidadãos nos movimentos sociais é fundamental para garantir o futuro. Se isto não acontecer, a nossa Associação ficará mais frágil.

ELO - E sobre o vosso papel na acção da Delegação?

L.D. - Vai ser dinamizar a participação

dos associados, apelando ao pagamento de quotas como vínculo básico à nossa Associação.

Vamos propor ao presidente da MAGD que convoque reuniões descentralizadas nos núcleos para que todos possam participar, uma vez que temos sete núcleos em formação e três já instituídos.

Para nós foi um reforço ao nosso trabalho o facto de, indo ao encontro dos associados, haver sempre voluntários para assumir as responsabilidades de criar núcleos.

Temos que lembrar que as grandes lutas da ADFA muito contaram com estes associados. O nosso slogan deve ser "participando, construímos o futuro".

Como cabeça de lista vou propor o convite à nomeação provisória dos elementos dos núcleos em formação, pedindo também ao presidente da MAGD que convoque, até ao final do ano, reuniões para serem nomeadas as respectivas comissões instaladoras dos

núcleos, permitindo que funcionem de acordo com os Estatutos.

ELO - E quanto aos associados com quotas em atraso?

L.D. - É um assunto tão polémico, que mesmo entre os elementos da lista não há consenso. Mas posso dar a minha opinião. Poderíamos encontrar um "perdão" a 50 por cento que lhes permitisse regressar aos seus direitos associativos. É fulcral que o CN aprove um regulamento o mais flexível possível. É importante sensibilizar e informar, criar uma ligação afectiva com os associados.

ELO - Que actividades vão organizar?

L.D. - Como lista autónoma ao CD vamos ser uma voz crítica, mas construtiva e de mais valia para o CD, no sentido de aprovar o plano de actividades e orçamento que contenha os reais interesses dos associados, por exemplo, serviços de qualidade, personalizados, organização de actividades lúdicas como excursões e outras iniciativas. O associado tem que sentir que a Associação se preocupa com a sua qualidade de vida.

Trazer as famílias também é muito importante. Se calhar, a Associação tem sido

muito machista. É preciso lembrar que somos uma família.

ELO - Qual vai ser o ritmo de funcionamento do CD?

L.D. - Segundo os Estatutos, as reuniões realizam-se duas vezes por ano. Vamos propor ao presidente da MAGD que faça reunir o CD uma vez por mês, para termos uma radiografia sempre actualizada do espectro associativo.

ELO - O que encontraram nas deslocações pela área de Lisboa?

L.D. - Vou dar um exemplo. Fui há dias a Torres Vedras e senti, pelas perguntas dos presentes, que estava no interior do País, noutra realidade. Mesmo às portas de Lisboa há uma grande distância em relação ao grande centro. Muitos vivem o seu problema dentro de si próprios.

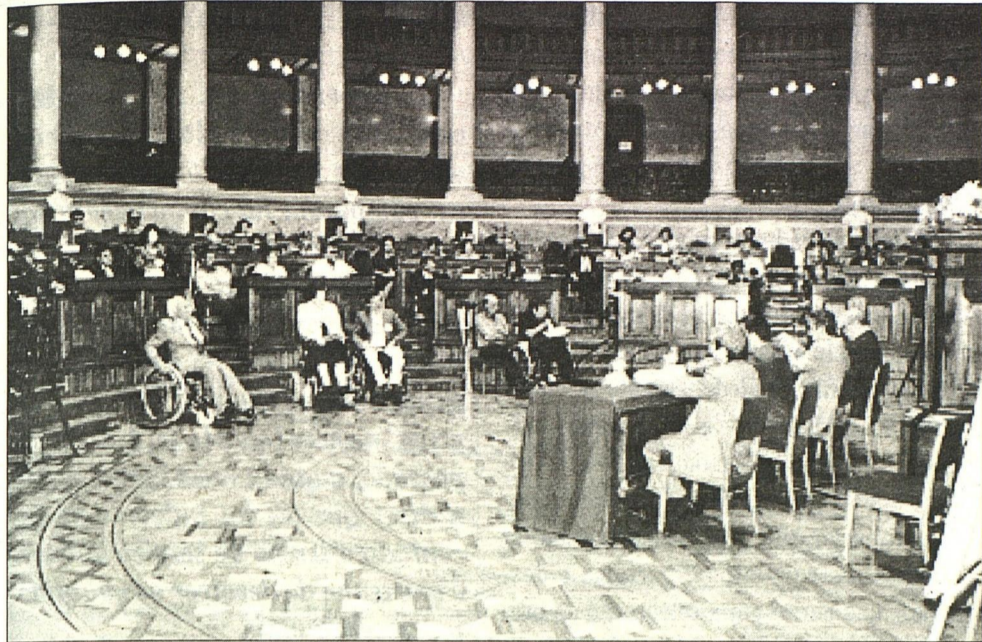
Todos deixámos o nosso sangue em África, somos todos deficientes militares. Os nossos associados têm que sentir um braço amigo, para ganharem coragem.

A ADFA é o grande centro de reabilitação. É na coesão, na unidade, que nos reabilitamos. Tem sido esta a grande solicitação dos associados. •

Lei anti-discriminatória

APD apresenta proposta em São Bento

ARQUIVO ADFA



Apresentação pública reuniu diversas instituições

Apresentar uma proposta de lei anti-discriminatória que abranja os cidadãos portadores de deficiência foi o objectivo da sessão pública organizada pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD), na Sala do Senado, no dia seis de Junho.

Jorge Maurício, presidente da MAGN, e Vera Mouta, técnica de serviço social da Sede, representaram a ADFA no encontro em que esteve patente o descontentamento face ao "esquecimento a que estão votados os cidadãos portadores de deficiência", no que respeita à "discriminação de que ainda são vítimas", conforme referiu Humberto Santos, presidente da Direcção Nacional da APD.

A proposta mereceu parecer favorável da Ordem dos Advogados, que também se fez representar pelo seu bastonário, Pires de Lima.

Na mesa da apresentação estiveram o procurador geral da República, Souto Moura, o representante do presidente da Assembleia da República, Artur Penedos, e o presidente da APD, Humberto Santos.

O presidente da APD referiu que o artigo 13º da Constituição da República Portuguesa "não contempla a deficiência, que constitui e constituiu, desde sempre, uma das razões mais passíveis de discriminação", lembrando as dificuldades sentidas por aqueles cidadãos

no que toca às acessibilidades ao emprego, ao isolamento social, ao acesso à informação e às novas tecnologias, entre outras formas de discriminação, enumeradas em documento que foi distribuído a todos os presentes.

O documento produzido pela APD foi lido perante os representantes do Partido Comunista Português, do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata. Estiveram também presentes entidades como o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, entre muitas outras instituições de e para deficientes.

Bernardino Soares, do PCP, aludiu à falta de regulamentação da legislação sobre associações de deficientes, referindo também as insuficiências do ensino especial português.

Fernando Rosas, do BE, lembrou que este projecto deveria reunir o largo apoio de todas as bancadas parlamentares, pois trata-se de uma "iniciativa política para levar a Administração a adoptar medidas práticas para fazer valer os direitos dos portadores de deficiência".

O representante do PSD, Mário Antão, disse que "esta matéria deve ser vista como uma interpretação do direito à igualdade previsto na Constituição da República Portuguesa".

A deputada Luísa de Vasconcelos, do PS, reiterou a disponibilidade para acompanhar o projecto e lembrou o que tem sido feito no sentido de por em prática aquele direito.

RV

Audiências com grupos parlamentares

Os representantes da ADFA foram recebidos pelos grupos parlamentares de três partidos políticos, no Palácio de São Bento, em Lisboa, para apresentação dos temas prementes que envolvem os deficientes militares.

Bloco de Esquerda (BE)

A DN reuniu no passado dia 29 de Maio com o Grupo Parlamentar do BE, apresentando as questões relacionadas com a contagem do tempo de serviço, com o DL 134/97, com o Estatuto do Deficiente Militar, com os problemas dos associados africanos e com a Rede Nacional do Stress de Guerra.

Os representantes da ADFA, Santa Clara Gomes, 1º secretário da DN, e António Carreiro, consultor jurídico da ADFA, expuseram os pormenores sobre aqueles assuntos ao representante do Grupo Parlamentar do BE, Mário Tomé.

O Grupo Parlamentar apresentou a sua disponibilidade e sensibilidade para as questões apresentadas pela ADFA.

Partido Social Democrata (PSD)

No dia sete de Junho, Patuleia Mendes, presidente da DN, e Artur Vilares, 1º vice-presidente da DN, reuniram-se também com o deputado Adão Silva, do Grupo Parlamentar do PSD, sendo referidas as questões relacionadas com a aplicação do DL 503/99 (acidentes e doenças profissionais da Função Pública) e com a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar.

Fez-se também alusão ao projecto de lei de revisão do DL 134/97 oriundo daquele grupo parlamentar, "ao qual a ADFA entendeu realçar a sua abrangência aos militares que optaram pela continuidade do serviço activo, e que, impossibilitados de ascender ao último posto da sua carreira, se viram preteridos por aqueles que, abandonando as fileiras, os ultrapassaram "à boleia" do DL 134/97", disse o presidente da ADFA.

Foi também referido que a contagem do tempo de serviço militar para efeitos de aposentação dos ex-combatentes permita a revisão do entendimento do n.º 2 do artigo 80º do Estatuto da Aposentação, e a sua repercussão nas pensões da Segurança Social a que têm direito os DFA pela sua prestação laboral, referiu ainda o presidente.

O deputado solicitou ainda o fornecimento de melhores informações, de preferência documentais, para o estudo das questões apresentadas pelos representantes da ADFA.

Partido Comunista Português (PCP)

No dia oito de Junho, o Tesoureiro da DN, Orlando Correia, e o consultor jurídico da ADFA, António Carreiro, foram recebidos pelo deputado e vice-presidente da Assembleia da República, João Amaral, no Grupo Parlamentar do PCP.

Os temas abordados foram a suspensão do DL 503/99 e a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar, bem como a alteração das situações de injustiça criadas pelo DL 134/97, a contagem do tempo de serviço dos ex-combatentes e a questão concreta do tempo de serviço dos deficientes militares, e ainda as questões relativas aos deficientes militares oriundos dos PALOP, em especial e nesta altura relativamente a Moçambique.

O representante do Grupo Parlamentar do PCP revelou-se conhecedor dos problemas dos deficientes militares e, inteirado das situações, mostrou-se sensível às posições da ADFA.

O deputado João Amaral é o autor do estudo, que tem sido bem acolhido nos meios partidários, sobre a contagem do tempo de serviço dos ex-combatentes, que servirá de base para o debate que se prevê próximo sobre a matéria, na Assembleia da República. Neste aspecto, realçou o seu apreço por lhe ter sido apresentada a questão específica dos deficientes militares.

RV

David Martelo - Publicações Europa-América - Lisboa Abril de 2001

1974 - Cessar Fogo em África

Já num número anterior do ELO havia sido feita uma referência ao livro do mesmo autor "As mágoas do Império". O menos que se pode dizer é que David Martelo é um reincidente: temos novamente um livro de leitura obrigatória.

Neste trabalho feito com apoio de uma pesquisa minuciosa, o Autor lembra aquele período crucial da nossa História recente, que vai do 25 de Abril de 1974 aos acordos de cessar fogo com os movimentos de libertação. E fá-lo com o seu estilo já habitual, cingindo-se aos factos e citando os próprios intervenientes. Desagradável processo, este de relembrar às pessoas o que em tempos disseram ou escreveram, e que talvez conviesse olvidar. Sobretudo quando destrói subtis argumentações ou brilhantes interpretações destina-

das a obter dividendos políticos a mais de 25 anos de distância - o suficiente para aquele meio esquecimento dos factos, que uma imagem feliz ou uma frase bem escolhida pode ofuscar de vez. Ora, David Martelo faz-nos voltar a esse período, explicando e recordando as atitudes dos actores do drama por eles mesmos, com citações e intervenções da época.

Não se pense que o livro procura uma reabilitação ou absolvição dos militares, dos quadros ou milicianos, envolvidos no processo. O Autor, dentro da sua impecável formação militar, apenas faz algumas das perguntas sacramentais: Fazer o quê? Com que meios? E sobretudo, com que tempo?

Aliás, esta questão do tempo que aparece diversas vezes na obra e é, de facto, fulcral em

todo o processo. As soluções apresentadas, ou não foram aceites a seu tempo, ou estavam fora do seu tempo, ou finalmente não havia tempo para a sua execução.

Finalmente David Martelo tece um paralelo entre a descolonização da Argélia - que já foi considerada exemplar! - e a das nossas Colónias. Salvaguardadas as diferenças - e são muitas - há aspectos semelhantes que não deixarão de surpreender e elucidar os leitores menos avisados nestas andanças.

Resumindo, um livro fora do vulgar, que estamos certos que não deixará de ser lido e relido por quem de facto se quer esclarecer; porque, como disse o Poeta, estas coisa não se aprendem na fantasia, mas vendo, tratando e pelejando...

Nuno Santa Clara

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos,
a qualidade e a melhor impressão

TUDO O TIPO
DE ARTES GRÁFICAS

fotocomposição • offset
montagem • tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira
(ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Reunião na Direcção Geral de Pessoal do MDN

Rede Nacional de Apoio em análise

Um ponto da situação sobre a implementação da Rede Nacional de Apoio aos ex-combatentes portadores de stress de guerra foi o motivo da reunião da ADFA com o representante do Gabinete de Apoio ao Ex-Combatente, no passado dia sete de Junho, na Direcção Geral de Pessoal do Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Lisboa.

Jorge Barra, daquele Gabinete, recebeu os representantes da ADFA, Jorge Maurício, presidente da MAGN, Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, Silvério Rodrigues, coordenador do DRAS, e António Carreiro, consultor jurídico da ADFA, numa reunião de mais de duas horas, onde foram focados os dois recentes despachos conjuntos dos ministérios da Defesa e da Saúde.

Constatou-se que após a publicação desses despachos falta ainda um despacho

conjunto da Defesa com a Saúde (que se encontra em estudo) e uma portaria, no sentido de estabelecer os instrumentos necessários à celebração de protocolos com as organizações não governamentais (ONG), para que estas intervenham na Rede. (Ver última página)

Na reunião foram esquematizados os trâmites processuais a seguir pelos potenciais portadores de stress de guerra. Estes ao apresentarem indícios da doença, devem dirigir-se aos Centros de Saúde locais (ou, se forem militares, aos hospitais militares) que organizarão o processo clínico cujos modelos de preenchimento se encontram publicados em anexo ao despacho conjunto, e que para o efeito recorrerão aos serviços de psiquiatria, se necessário.

Findo o processo clínico, será este remetido em envelope fechado à Direcção do Serviço de Saúde do Ramo das Forças Armadas

respectivo, que promoverá as diligências necessárias à instrução do processo, para que o interessado seja presente a uma junta médica, que avaliará da existência da doença, atribuindo, se for caso disso, um grau de incapacidade.

No caso desta junta constatar a existência da doença, será então emitido um cartão de utente da Rede Nacional de Apoio.

Em princípio, apenas a partir daqui as ONG intervirão na Rede, excepto no encaminhamento do doente para os centros de Saúde e no eventual apoio administrativo (Ver o que foi publicado no ELO de Junho).

A questão que tem obstado à saída daqueles instrumentos - portaria e despacho - que permitam a celebração de protocolos com as ONG, prende-se com o estudo das implicações financeiras daí decorrentes, conforme foi salientado. •

R.V.

A advogada responde

Contagem do tempo de serviço

"Sou pensionista de invalidez com 80% de desvalorização em virtude de ter sofrido um acidente em campanha no cumprimento do serviço militar em Moçambique.

Recebo a pensão de DFA desde 1979 e o ano passado fui reformado por invalidez pela SS e recebo uma pensão de 80.000\$00 que me foi paga normalmente até ao mês passado, quando recebi uma carta a dizer que me foi indevidamente contado o tempo de serviço militar e que tenho de devolver as quantias que recebi a mais.

Ouvi dizer que isto só se aplica aos funcionários públicos e que para os outros o tempo de serviço podia contar. Será assim?"

Começo por esclarecer que a informação amplamente divulgada de que a contagem do tempo de serviço militar tanto para o cálculo da pensão de invalidez dos DFA como para o cálculo da pensão de reforma da Segurança Social só não é permitida para os funcionários públicos, não tem qualquer fundamento legal pois não existe nenhuma norma que sustente tal interpretação.

Pelo contrário, tanto no Estatuto da Aposentação como no regime da Segurança Social existem normas que "impedem" que o tempo de serviço (militar ou civil) conte simultaneamente para o cálculo de duas pensões.

O facto de neste momento existirem situações de DFA pensionista de invalidez a quem o tempo de serviço militar foi levado em consideração para o cálculo de duas pensões, apenas se deve ao facto de tais situações não terem sido detectadas, e não à existência de uma lei que o permita.

No entanto e em nossa opinião o tempo de serviço militar deveria contar para o cálculo das pensões atribuídas pela segurança social uma vez que a pensão dos DFA tem um carácter indemnizatório, isto é, constitui uma reparação dos danos sofridos pelos militares no cumprimento do serviço militar.

Tanto mais que o tempo de serviço militar efectivamente prestado pelos DFA pensionistas de invalidez não conta para o cálculo desta pensão, que é sempre calculada por inteiro, isto é, com base em trinta e seis anos de serviço, consistindo estes trinta e seis anos uma ficção jurídica.

No entanto, e enquanto não houver uma alteração legislativa nesta matéria, a interpretação corrente da CGA e da Segurança Social é a de que o tempo de serviço militar só pode ser levado em conta para o cálculo de uma pensão. •

Inês Soares de Castro

A IMOLAÇÃO

Uma das grandes questões que se deve pôr a qualquer cidadão, em qualquer país, em qualquer regime político, é saber se o Estado é pessoa de bem. Ou, por outras palavras, se se pode confiar em compromissos ou celebrar contratos com o Estado, na certeza de que este os honrará; porque nada mais fácil, para quem dispõe de vastos recursos, como o Estado, do que esmagar um simples indivíduo. Para quem gosta de abordagens políticas, trata-se de saber se será melhor uma ditadura honesta (se tal existe) ou uma democracia caloteira (se tal se pode conceber).

Já o inimitável Eça de Queirós falava nas repúblicas caloteiras da América do Sul, talvez esquecendo que, quanto a contas, este país à beira-mar plantado tinha também os seus probleminhas. E a tradição parece manter-se.

Vem isto a propósito da decisão da Caixa Geral de Aposentações (CGA) - a face visível do Estado quanto a reformados e pensionistas - ter decidido alterar o seu entendimento quanto à forma de cálculo das pensões de preço de sangue. O direito a esta pensão estava já reconhecido pelo Decreto-Lei nº 43/76, foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 404/82 e confirmado pelo Decreto-Lei nº 466/99, cujo âmbito engloba, não só os que faleceram ao serviço da Nação, como os DFA com mais de 60% de incapacidade e ainda os pensionistas por serviços excepcionais e relevantes, âmbito a que voltaremos mais à frente.

No artº 11º, nº 1 deste DL 466/99, é dito que o quantitativo da pensão a conceder aos beneficiários não sofrerá qualquer redução quando tenha resultado o falecimento ou a

incapacidade absoluta e permanente do autor para o trabalho.

No artº 12º, nº 1, diz-se que a pensão de preço de sangue é devida a partir do início do mês seguinte ao da morte do autor, desde que requerido no prazo de 2 anos depois do falecimento.

No caso dos DFA temos três factos que, conjugados, dão direito à pensão: o acidente, a determinação da incapacidade, a qualificação, e o falecimento do autor, espaçados no tempo.

Tem sido pacífico até à data que a pensão de preço de sangue é logicamente atribuída a partir do terceiro facto, que justifica a sua criação, ou seja, a morte do autor. Entendeu-se ao longo de todo o século XX seguir a fórmula consagrada na Marinha como sua divisa: "A Pátria honrai que a Pátria vos contempla". E assim se foram contemplando, não só as vítimas directas, como as indirectas, dentro do princípio do reconhecimento de que o sacrifício, a deficiência (ou o mérito) se projectam sobre todo o agregado familiar.

Escreveu o poeta Sá de Miranda, contemporâneo de Camões: "Ó coisas vãs, todas mudáveis, qual o coração que em vós confia?". Parece que os seus versos têm actualidade, porquanto a CGA entendeu mudar o critério até agora seguido e passar a reportar o cálculo da pensão de sangue à data do acidente, ou seja, ao tempo em que um 1º cabo ganhava 3\$00 (isso mesmo, três escudos!) por dia.

Nada de alarme! Generosamente, a CGA reconhece que, sendo este valor inferior ao escalão 1 do vencimento base de um soldado da GNR à data em que a pensão

seja devida, serve-se desta base para o cálculo da pensão de preço de sangue.

Esta solução, no entanto, poderia ser "melhorada" pela mesma lógica: pois se o cálculo da pensão se reporta à data do acidente, o valor desta deveria ser o do soldado da GNR à data do acidente, ou seja, algumas centenas de escudos. Salvaguardava-se assim o princípio da coerência - e poupavam-se ainda mais uns tostões, pois parece ser essa a questão de fundo...

É compreensível a preocupação da CGA: trata-se de conter as despesas (louvável intenção!), mas infelizmente à custa das viúvas dos DFA (péssima solução!).

Para os defensores do igualitarismo marxista-leninista-maoísta, é a solução ideal: nivela-se tudo por baixo. Para quem confiou no Estado, azar o seu, ou antes, da sua viúva: o "Fantasma Caloteiro" voltou a atacar!

Mas nem só os DFA estão abrangidos por esta nova doutrina: pela mesma lógica, os pensionistas por serviços relevantes, veriam as pensões das suas viúvas igualmente niveladas por baixo; e, caso curioso, seriam desta vez os de mais baixos rendimentos os atingidos, já que os de rendimentos mais elevados já sofrem redução das pensões para o salário mínimo.

Por tudo isto, e para evitar a degradação das condições de vida de quem acreditou em direitos adquiridos, propõe-se uma solução: o retomar a tradição indiana de imolar pelo fogo a viúva junto ao seu marido. Esta solução, tocante e singela, contribuiria decerto para que a CGA equilibrasse as suas finanças... •

Nuno Santa Clara

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Diploma



do Mês

Prisioneiros de Guerra

Decreto-Lei 161/2001, de 22 de Maio

O presente diploma vem regulamentar a Lei 34/98, de 18 de Julho, que estabeleceu um regime excepcional de apoio aos cidadãos portugueses feitos prisioneiros de guerra nas ex-colónias.

Antes de se passar a uma breve análise do diploma, convém referir que a atrás citada já havia sido regulamentada pelo Decreto-Lei 466/99, de 6 de Novembro.

O artigo 2º da Lei 43/98 estabeleceu a atribuição da pensão a estes cidadãos «aplicam-se as regras do Decreto-Lei 404/82, de 24 de Setembro». No entanto, este diploma viria a ser revogado pelo DL 466/99 que contemplou disposições regulamentadoras da Lei 43/98. Contudo, este foi agora substituído pelo presente diploma que refere no preâmbulo que «visa colmatar todas as lacunas: trata-se de compensar aqueles que, ao serviço da Pátria, se viram privados da liberdade e que se encontram, perante as dificuldades económicas» e ainda «fixar uma transição própria para os processos de atribuição de tal pensão assente em dois pressupostos básicos e objectivos: por um lado, exige-se a prova de que o interessado esteve efectivamente prisioneiro; por outro, a demonstração de que o requerente se encontra em situação de carência económica.»

A pensão de ex-prisioneiro de guerra «pode ser atribuída a cidadãos portugueses que tenham sido feitos prisioneiros ou capturados em combate no decurso da guerra nas ex-colónias, quando se encontrem em situação de carência económica nos termos definidos no presente diploma.»

Nota: Adianta-se aqui que o diploma não estabelece qualquer critério definidor de "situação de carência económica".

TITULARES DO DIREITO À PENSÃO

Podem ser beneficiários da pensão de ex-prisioneiro: o próprio; ou quando este falecido, o cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens, desde que estivesse a viver em comunhão de mesa e habitação com o falecido à data do óbito e não seja casado nem se encontre a viver em situações análogas às dos cônjuges; os ascendentes com menos de 18 anos, com menos de 21 e matriculados e a frequentar curso de nível secundário ou equivalente, ou menos de 25 e matriculados e a frequentar curso superior ou equivalente ou, independentemente da idade, que sofram de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho;

aquele que estiver em união de facto (artigo 2020º do Código Civil), após sentença judicial que lhe fixe o direito a alimentos e enquanto se mantiver tal direito; ex-cônjuge ou cônjuge separado judicialmente de pessoas e bens, desde que tivessem direito a receber do falecido, à data do seu óbito, pensão de alimentos fixada ou homologada judicialmente e não sejam casados nem se encontrem a viver em situações análogas às dos cônjuges; pessoa que tenha criado ou sustentado o ex-prisioneiro de guerra, os ascendentes de qualquer grau desde que tenham mais de 65 anos ou, sendo de idade inferior, sofram de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho e irmãos desde que reúnam os requisitos exigidos para os descendentes e sejam órfãos de pai e mãe à data do falecimento do ex-prisioneiro.

Estas pessoas concorrem sucessivamente e por ordem de preferência à pensão, desde que estivessem a cargo do ex-prisioneiro à data do seu óbito; sendo vários beneficiários a pensão será dividida em partes iguais por todos e verificando-se a perda do mesmo direito por parte de um beneficiário, a sua parte acresce à dos outros também em partes iguais.

Se o titular da pensão for o próprio e este vier a falecer a mesma transmite-se após a sua morte aos beneficiários acima referidos, de acordo com a ordem de preferência.

CÁLCULO E QUANTITATIVO DA PENSÃO

O quantitativo da pensão será de setenta por cento (70%) da remuneração mensal que o ex-prisioneiro auferia à data dos factos ou actos que originam o direito à pensão, quando o beneficiário for o próprio, o cônjuge sobrevivente, os descendentes, aquele que estiver em união de facto ou o ex-cônjuge.

E será de cinquenta por cento (50%) quando o beneficiário for a pessoa que tenha criado ou sustentado o ex-prisioneiro de guerra, os ascendentes ou os irmãos.

No entanto, a remuneração a considerar para o montante do valor da pensão não poderá ser inferior ao escalão um do vencimento base de um soldado da Guarda Nacional Republicana, em vigor à data em que a pensão seja devida.

O quantitativo da pensão não sofrerá qualquer redução quando dos actos que lhe dão origem tenha resultado o falecimento ou a incapacidade absoluta e permanente do seu

autor para o trabalho. Nos restantes casos, sempre que os rendimentos ou proventos do agregado familiar do ex-prisioneiro ou dos beneficiários da pensão sejam superiores ao dobro do salário mínimo nacional, a parte que exceder este limite será deduzida ao quantitativo da pensão.

Esta pensão não é cumulável com outra pensão que seja atribuída pela prática dos mesmos actos ou em virtude das suas consequências.

EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO

A pensão de ex-prisioneiro de guerra não pode ser atribuída quando o mesmo tenha sido condenado pela prática de crime doloso, com pena de prisão igual ou superior a um ano; tenha sido sujeito a sanções disciplinares graves, tais como a aposentação compulsiva e demissão, prisão disciplinar agravada, reserva ou reforma compulsiva e separação de serviço; ou esteja abrangido pela Lei 8/75, de 25 de Julho (determina a punição a aplicar aos responsáveis, funcionários e colaboradores das extintas Direcção-Geral de Segurança e Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

Aos beneficiários que se encontrem nas situações atrás referidas ou em caso de indignidade ou deserção dos mesmos relativamente ao ex-prisioneiro não lhes é conferido o direito à pensão.

Há lugar à suspensão do direito à pensão quando a algum dos beneficiários for aplicada pena criminal ou disciplinar.

O direito a receber a pensão cessa por renúncia do beneficiário; pela perda de qualquer dos requisitos condicionantes da atribuição daquele direito; pelo casamento ou união de facto (artigo 2020º do CC); pela morte do beneficiário e pela verificação de qualquer das situações atrás mencionadas que dão lugar à exclusão da atribuição da pensão.

TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

O processo para atribuição de pensão inicia-se com a elaboração de um requerimento pelo interessado, dirigido ao membro do Governo de que depende ou dependia o ex-prisioneiro, devendo do mesmo constar a identificação completa (nome, data de nascimento, estado civil, filiação, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e arquivo que o emitiu); morada e telefone; menção do tempo e demais circunstâncias da detenção.

O requerimento deverá seguir

acompanhado dos seguintes elementos: documento comprovativo da situação de carência económica (declaração do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativa ao ano anterior ou certidão emitida pelos serviços de finanças periféricos do domicílio fiscal do interessado comprovativa de que, nesse ano, não foram declarados rendimentos); certificado do registo criminal do ex-prisioneiro e no caso de falecimento deste dos demais beneficiários; folha de matrícula ou documento equivalente do ex-prisioneiro; declaração sob compromisso de honra de que o beneficiário não se encontra abrangido por nenhuma das situações atrás mencionadas relativamente à exclusão do direito à pensão e prova de quaisquer outras circunstâncias alegadas determinantes do direito à pensão.

O processo é instruído pelo ministério de que o ex-prisioneiro dependia à data da captura, no caso de ser o Ministério da Defesa Nacional a instrução corre pelo respectivo ramo das Forças Armadas.

A pensão é concedida por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do membro do Governo de que o interessado dependia ao tempo da captura. Em caso de dúvida, pode o competente membro do Governo solicitar parecer à Procuradoria Geral da República.

A Caixa Geral de Aposentações procede ao abono da pensão a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da assinatura do despacho conjunto e concede ao pensionista um cartão que o identifica como titular da pensão.

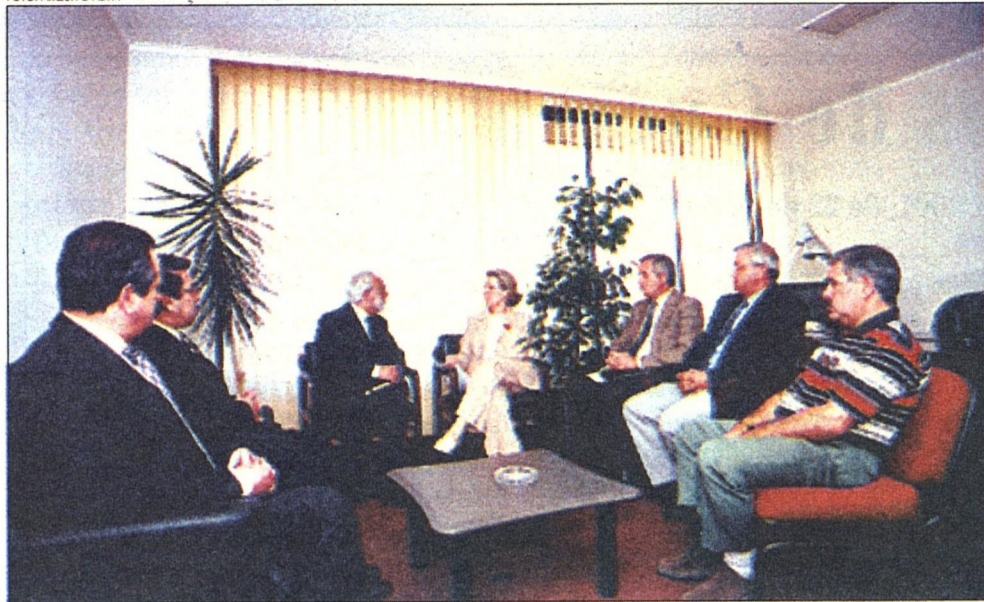
Os beneficiários da pensão deverão entregar, até ao dia 31 de Maio de cada ano, declaração do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ou certidão comprovativa de que, nesse ano, não foram declarados rendimentos e o seu incumprimento determina imediata suspensão do pagamento da pensão e a reposição das quantias indevidamente recebidas.

Este regime revoga a alínea c) do nº 1 e o nº 3, do artigo 4º do Decreto-Lei 466/99, de 6 de Novembro, aplica-se aos processos iniciados ao abrigo da Lei 34/98 e do Decreto-Lei 466/99, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da entrega do requerimento e entrou em vigor no dia 23 de Maio de 2001.

Deslocação à Delegação de Ponta Delgada

Direcção Nacional com associados açorianos

FOTO: ARQUIVO ADFA



A DN reunida com a secretária regional Fernanda Mendes

O projecto que prevê a instalação de um centro de reabilitação e formação profissional para todos os cidadãos portadores de deficiência dos Açores foi tema em destaque na deslocação feita pela Direcção Nacional da ADFA àquela Região Autónoma, nos dias um e dois de Junho.

A DN, nas pessoas do seu presidente, Patuleia Mendes, e do seu 2º vice-presidente, Joaquim Mano Póvoas, reuniu, no dia um de Junho, com a secretária regional da Saúde e Acção Social, Fernanda Mendes, sendo

realçado o interesse já manifestado pelo presidente do Governo Regional sobre uma parceria com a ADFA para aquisição das instalações do quartel da Grotinha, onde se prevê implantar aquela estrutura.

"Os estudos correspondentes, segundo aquela dirigente regional, ainda se encontram em fase inicial, o que não permitiu, na ocasião, deixar clara, conforme se pretendia, a participação daquela estrutura regional no projecto a desenvolver", informou o presidente da DN, referindo que se aguardam

desenvolvimentos "a fim de que possa equacionar-se junto do MDN e da chefia do Estado-Maior das Forças Armadas o interesse e a oportunidade temporal de traduzir na prática este anseio da ADFA e designadamente da sua Delegação nos Açores".

Foram também abordadas a questão da implantação nos Açores da Rede Nacional de Acompanhamento do Stress de Guerra, "que aflige muitos ex-combatentes e associados nossos residentes naquela zona, tal como a hipótese de financiamento das obras de recuperação das actuais instalações da Delegação, em estado significativo de depreciação."

No mesmo dia, a DN reuniu-se com a Direcção da Delegação, tendo sido debatidas questões referentes àquela área, nomeadamente a criação do regulamento relativo às regiões autónomas, em conformidade com o exposto no artigo 64º dos Estatutos da ADFA.

No dia seguinte os dirigentes nacionais e locais encontraram-se com os associados na Câmara do Comércio de Ponta Delgada, sendo apresentada a situação da reivindicação e estratégia legislativa, alvo das intervenções dos presentes. Os associados reiteraram a sua confiança na DN, quanto ao prosseguimento das reivindicações que leva a efeito. •

R.V.

Consultas Hospital Militar Po

As consultas para prescrição de técnicas no serviço de Fisiatria do Hospital Militar do Porto terão lugar nas seguintes datas: Julho - dia 25, Agosto - dia 12 e 26, Setembro - dia 12 e 26, Outubro - dia 31, Novembro - dia 24 e 28, Dezembro - dia 12. •

Novo protocolo

A Delegação do Porto da ADFA estabeleceu um protocolo com a Junta de Freguesia de Ramalde para a utilização das instalações desportivas da Delegação. Assim, a ADFA coloca à disposição das colectividades de Ramalde a utilização das referidas instalações a preços especiais. Como contrapartida, a Junta de Freguesia comparticipa nas despesas inerentes ao alargamento do horário de funcionamento da Delegação. Este acordo surge no âmbito da política seguida pela Delegação de abertura dos seus serviços à comunidade local. •

Carro novo para a Delegação do Porto

O Governo Civil do Porto atribuiu, no passado mês de Abril, uma viatura ligeira de passageiros à Delegação do Porto da ADFA. Este acordo traduziu-se no recebimento dos serviços prestados pela Delegação aos deficientes militares do distrito que veio colmatar uma carência que fazia sentir há muito na Delegação. •

Sabe que existem outras formas de aplicar as suas poupanças?



Propomos oferecer, possivelmente, a melhor oportunidade de rentabilidade para as suas poupanças com total segurança.



FORUM
IBERICA
Iniciativas de Gestão, S.A.

Av. do Brasil, 43-6.º
1700-062 LISBOA
Tel.: 21 793 62 80 (7 Linhas)
Fax: 21 793 63 25
E-mail: central@forum-iberica.com
www.forum-iberica.com

SARDINHADA

Delegação de Lisboa

Esplanada da Sede

Traz os familiares e amigos

21 de Julho
pelas 12h00

Preço por pessoa: 750\$00
Inscrições pelo telefone: 21 751 26 00



José Maia

Caro amigo Coimbra do Amaral

Todos os Elos nos trazem tristes notícias sobre o desaparecimento, quantas vezes precoce de camaradas, uns que se conheciam bem, outros nem por isso, mas todos pardais do mesmo bando. Nunca tive dúvidas, de que muito antes de tempo, ela começaria a alvejar-nos sem piedade, numa idade em que, se a natureza se cumprisse normalmente, a vida entra numa fase de descompressão, tempo de recordações e descanso bem merecido da jornada de trabalhos e cansaças.

Se é triste a morte, sempre que acontece, mais sentida se torna a despedida daqueles que admirávamos, gostávamos e com quem mais de perto convivemos.

Querido camarada: De certeza que os responsáveis do nosso jornal não vão fazer o que aconteceu no último mês, que foi o de não me dar voz e vão deixar enviar-te esta carta através das páginas do ELO... Apetecia-me utilizar alguns adjectivos de louvor em relação à tua

pessoa. Sei que nunca foste de vaidades e desculpar-se-ia se o fosses. Não o fazendo, não devo porém de lembrar as tuas notáveis capacidades associativas, a amizade que cultivavas, a simplicidade e valor das tuas intervenções, verbo fácil, discreto e competente.

Pronto, pronto. Não te zangues. Rapidamente cativavas quem te rodeava e tinhas a rara capacidade da discrição. Quando te tratavam por dr: invariavelmente respondi-as: O meu nome é Artur, e mostravas o BI. Vê: Não há cá dr nenhum!... A tua passagem por cá não foi em vão, acredita que não. Partiste com a discrição dos enormes. Deixaste imensa saudade, que não bastou para fecharem a Delegação um minuto sequer, na tarde do teu funeral. Já sei. A actual direcção não se lembra de ti. Foste presidente da D. D. AGD, CFN, foi há tanto tempo e alguns deles ainda cá não andavam!... A viagem foi um descanso para ti meu amigo, tão cruel a maleita se mostrou. Crepúsculo de dôr e sofrimento, que, dizem-me, aguentaste com coragem e dignidade. Não te fui ver ao

hospital, porque me disseram da tua debilidade física e que irias sofrer. A custo e até contrariado, por uma questão de respeito e amizade, não te visitei. Entendi resguardar-te de mais uma facada e lembrar-te para sempre, o teu olhar derretido de contentamento quando nos visitavas na ADFA, aquelas tardes e noites de tertúlia, entre gargalhadas, uns copos e as anedotas do Damas Pinto. Estarás connosco para sempre, onde queres que estejas, sorri. Vimos finalmente o nosso Sporting campeão, agora são os vizinhos a dizer: para o ano é que é!... Caganda gaita óh Zé, disseste-me. Até que enfim. Como nos rimos... Depois de te acompanharmos, no regresso a Coimbra adivinhas não é. Sei que estavas presente e ergueste o teu copo também. Aí onde estiveres, olha por nós. Onde estás, descobre um sítio onde se possa passar um bocado. E olha: Espera por mim, que já não será muito tempo. Um abraço e até um dia destes. •

Breves

Almoços convívio

Felgueiras - Meia centena de associados e familiares concentraram-se no passado dia dois de Junho, frente à Câmara Municipal de Felgueiras, para dar início a mais um convívio associativo. Depois dos cumprimentos, os participantes partiram em caravana rumo ao restaurante onde teve lugar o almoço que serviu para estreitar os laços de amizade que unem os deficientes militares, como aliás referiu Albino Loureiro, um dos organizadores do convívio.

Paços de Ferreira - Teve lugar no passado dia 17 de Junho o já tradicional almoço de confraternização dos associados de Paredes e Paços de Ferreira. A semelhança do ano passado, os participantes iniciaram o convívio concentrando-se no centro de Paços de Ferreira de onde partiram, também em caravana, para o lugar de Lamoso, onde teve lugar o almoço que contou com cerca de 50 participantes entre associados e familiares. Neste convívio, mais uma vez ficou vincado o forte espírito associativo que envolve a família ADFA destes dois concelhos. •

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Joaquim Pedro Quá

Associado n.º 1288
59 anos
Faleceu no dia
20/04/01



Residia no concelho de Benavente. Deixa viúva Maria Clara Ferreira Quá. Serviu na Guiné, na Companhia N.º 495.

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30
1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão
3ª Feiras das 15H00 às 19H00
Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde
Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá
Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação
4ª Feira - 14H00/17H30
5ª Feira - 9H00/12H30
Hospital Militar
4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)
5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho
2ª a Sábado - Marcação Prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis
2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00
Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30
1º Sábado do mês - 12H30/14H30
Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403
22 832 0744
Fax: 22 832 5242

SERVIÇOS DA SEDE

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

PSIQUIATRIA

médico: Dr. Monteiro Ferreira
2ª e 4ª Sem. de cada mês - 2ª feira - 16H00

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues
Todos os dias das 14H00 às 18H00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

especialista: Cmdt Araújo de Brito
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00 e das 14H00 às 18H00

Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante

Todos os dias

Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO

Dra. Helena Afonso
4ª feira - Tarde
Dra. Inês Soares Castro
3ª feira - Manhã e 4ª feira - Tarde
Dra. Maria João Santos
6ª feira - Manhã

Marcações:

Secretaria / Atendimento
Maria Eugénia - extensão 234

SECRETARIA/ATENDIMENTO

(Ver Horário e Telefones)

SERVIÇO SOCIAL

Drª. Vera Mouta

2ª e 4ª feira das 09H00 às 18H00
3ª, 5ª e 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta, das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta, das 9h00 às 18h00

Saibamos saborear o associativismo que jorra dessa grande fonte que é a ADFA

Caros camaradas, foi com grande alegria e imensa satisfação que me deslocuei no passado dia 03-06-2001, do Porto até ao extremo Norte deste nosso belo País, mais precisamente a Trás-os-Montes, essa linda e hospitaleira cidade que é Miranda do Douro, para participar em mais um aniversário da Delegação de Bragança.

Como não podia deixar de ser, mais uma vez, esta jornada demonstrou toda a força, e vitalidade da nossa Associação, reconhecida e admirada por todos, por onde passamos com palavras de grande incentivo e apoio, por parte das autoridades que tiveram a honra de participar neste aniversário. Na pessoa do Sr. Presidente da Câmara de Miranda do Douro, assim como, as palavras de conforto espiritual, e apoio moral proferidas pelo Sr. Padre que celebrou a eucaristia em memória dos nossos camaradas já falecidos, assim como, não se pode esquecer todo o apoio militar nas pessoas da GNR desta cidade, nas nossas movimentações. Por tudo isto, um bem haja à Delegação de Bragança, por mais esta bela jornada associativa que nos proporcionou.

Eu aproveito para discordar do discurso proferido pelo nosso Presidente da D.N., neste aniversário, porque acho que não existem motivos para ser tão pessimista, ou até derrotista nas suas afirmações, já o foi na AGNO, em Lisboa e voltou a sê-lo aqui, até porque o que se nota é que existe todo um movimento associativo em curso, fruto das conclusões saídas do nosso IV Congresso, que não podemos deixar parar, pelo qual se nos deixarmos acomodar corremos o risco de ter que aguardar mais 27 anos, para vermos satisfeitas as nossas justas e legítimas aspirações, claro que estas situações provocam conturbações na nossa vida associativa; mas daí até ao discurso que preferiu acho que vai uma longa distância, até porque penso que merece ainda toda a confiança que os sócios desta casa depositaram em si, e em toda a sua direcção. Por tudo isto, vamos é afastar os fantasmas, porque esses vivemo-los na Guerra e felizmente, para nós não nos derrubaram.

Aqui também, lanço um aviso que não é com comunicados do teor do que foi lançado na data do aniversário da ADFA, em Viseu, por pseudo sócios em serviço, que vocês se devem preocupar, porque quem, infelizmente, assim procede nem a coragem tem de dar a cara, assinando o documento que julgo ser o seu pensamento, pelo que julgo não ser este o termo mais correcto para atacar os problemas que muito nos afligem, pelo que devemos ignorá-los.

A DN e todos os órgãos sabem quem realmente são os Deficientes em Serviço que lutam para que lhes seja feita justiça, e lhes seja dado igualdade de tratamento em conformidade com os outros camaradas, mas estes, a quem eu me refiro, e onde eu me incluo, assumimos a nossa luta e aliás toda a ADFA nos conhece, porque

foi, é e será sempre dentro da ADFA que teremos na base da discussão e do debate que encontrar a solução dos nossos problemas, por tudo isto, acho que não devem existir motivos para tanta preocupação mas sim uma vontade firme e correcta no atacar dos problemas que nos afligem. •

Daniel Folha

Descontos nos transportes

No decreto 43/76, de 20 de Janeiro entre outros direitos vem: "Os Deficientes das Forças Armadas têm 75% de desconto nos transportes em Caminhos de Ferro Nacionais. Até 1977/78 este decreto foi cumprido integralmente pela Companhia dos Caminhos de Ferro. Assim um bilhete num comboio rápido custava quinhentos escudos, nós DFA, independentemente do posto, pagávamos cento e vinte e cinco escudos.

Depois...

a) aproveitando-se do mau comportamento de muitos militares na utilização dos comboios;

b) aproveitando-se de um certo laxismo dos dirigentes da ADFA de então e dos que se lhes seguiram;

c) aproveitando-se do proverbial atraso cultural e afrouxamento na defesa dos seus direitos por parte dos portugueses em geral;

A Companhia dos Caminhos de Ferro "regulamentou", deturpando o teor do 43/76, a forma como passaríamos a viajar nos seus comboios.

Assim, para as praças no activo reservou os comboios mais ronciores para os 75% de desconto, atrelando-nos a nós, DFA, à fantástica reserva.

Tratou-nos como putos mal comportados. Quanto aos sargentos e oficiais, embora também com os seus direitos limitados, lá lhes foram amenizando o "castigo", permitindo-lhes os comboios rápidos mas mediante preços que não têm nada a ver com o estipulado no 43/76.

Agora é altura de dizer basta. Acidentámo-nos numa guerra em que os dirigentes do país nos envolveram. Todos, oficiais, sargentos e praças.

Numa altura em que um tal Manuel Moura "administrador" de uma virtual empresa chamada RAVE, disse para quem o quis ouvir ou ler, que por ele a "SUPER" rede de comboios de alta velocidade é para se fazer nem que seja à custa da extinção da actual rede ferroviária de médio e longo curso, megalomania de alguns num pobre país pouco menos que terceiro mundista. É também para dizer basta!

Agora, que os "Senhores" dos comboios se preparam para eliminar os interregionais Porto-Lisboa-Porto, transformando-os em intercidades e pendulares a partir de 01/07/2001, é também tempo para dizer basta.

É tempo para obrigar os "donos" dos comboios a repôr a legalidade, de modo a que os deficientes das forças armadas, independentemente do seu posto, sejam respeitados o espírito do 43/76, e que depois da repetição jamais

nenhum "Zé dos Socos" volte a adular um direito conquistado com muito sacrifício, por pessoas que na generalidade têm agora entre cinquenta e setenta anos. Apenas exigimos respeito pela lei e por nós, os deficientes das Forças Armadas.

Assim, espero que todos sejamos capazes de neutralizar uma injustiça misturada de uma mesquinha prepotência e por uma dose bem elevada de desprezo pelo decreto 43/76 e pelos Deficientes das Forças Armadas em geral. •

Filipe Azevedo

Descontos para quê?

A legislação sobre os Deficientes das Forças Armadas é uma verdadeira manta de retalhos: existem diplomas que não abrangem todos os deficientes, mas tão só uma minoria, criando, por isso, injustiças, é dispersa, cheia de lacunas e foi-se amontoando, ao sabor da misericórdia do poder autocrático antes da Revolução da Liberdade, e das reivindicações, pós 25 de Abril, dos deficientes injustiçados.

O Decreto-lei 210/73 e, posteriormente, o Decreto-lei 43/76, são actualmente o corpo da legislação em vigor dos deficientes e eram na altura, há mais de 25 anos, para os então jovens deficientes da guerra colonial, no que concerne aos seus direitos, um edifício acabado, já que contemplava as suas mais legítimas e imediatas aspirações.

Nessa altura o grosso dos deficientes estaria na faixa etária dos 30 anos não se preocupando, nem com a reforma, nem com a velhice. A legislação então produzida é omissa a esse respeito e reflectia a despreocupação de quem é jovem, em relação ao longínquo futuro da terceira idade...

Hoje, a maioria dos deficientes têm mais de 55 anos!...

Agora é premente que a Associação, defensora dos interesses lesados dos deficientes, tente repor, em tempo útil a justiça, perante as arbitrariedades da lei, que só lesam os deficientes por terem sido militares.

Vejamos:

Um deficiente, na situação de reforma extraordinária ou pensão de invalidez, que refez a sua vida profissional, como funcionário público ou noutra actividade, para efeitos da sua reforma perante a Caixa Geral de Aposentações, o tempo exercido antes da prestação do serviço militar obrigatório, mesmo com os descontos, feitos a seu tempo, não conta para a sua nova reforma. A Caixa Geral de Aposentações só tem em conta o tempo de serviço, como civil, após a passagem à reforma ou à pensão de invalidez!... Uns bons pares de anos perdidos...

Há muitas injustiças ainda por resolver, mas esta é de bradar aos céus, por ser discriminatória, só por sermos deficientes militares. •

Abílio Sá Costa

Astúcia Manhosa

Há demasiado tempo que venho acompanhando as inumeráveis exortações à justiça dos Deficientes das Forças Armadas, ao poder político.

Na verdade, já foi exaustivamente demonstrado que os que combateram nas ex-colónias, fizeram em obediência ao estrito cumprimento da Lei e em nome de princípios que nos enramam como nobres, dos quais destaco a defesa da Pátria, elevado então a dever sagrado.

E há demasiado tempo porque, após tantos anos, muitos já pereceram prematuramente veja-se as idades deles na necrologia do ELO, os outros integram-se numa facha etária que aliada às suas mazelas, caminha apressadamente para a extinção.

Claro que é este o desígnio dos ir (respostáveis), para não acertarem contas connosco pois tudo fazem para arrastar para sempre a dívida.

A este propósito veja-se o oitavo parágrafo da primeira notícia da página 15 do n.º 301 ELO de 27 de Setembro/00 que não posso deixar de transcrever: (Sobre a contagem do tempo de serviço, o ministro informou que não se necessário legislar sobre a matéria "bastando a apresentação dos requerimentos à Caixa Geral de Aposentações - CGA").

Todavia esta posição, despudoradamente não foi assumida, porquanto continua no r das questões que indefinidamente aguarda solução.

De facto, estamos em presença, salvo honrosas excepções, de uma classe política que não resolve, mas diz sim e que, embora pareça paradoxal, continuamos a votar nela.

Será que se trata de masoquismo?

Será que já não se acredita mais na seriedade e, por isso, tanto importa entregar a estada ou àqueles a governação?

Tenho para mim, que os valores que nos impuseram o Serviço da Pátria em circunstâncias que nos conduziram a incapacidades físicas e ou psicológicas, exigem hoje resposta desassombradas eivadas de reconhecimento bom senso, ética e moral.

É imperativo que os políticos, e com maior acuidade os que em cada momento exercem o poder, se credibilizem para que a sociedade em geral os considere merecedores de confiança.

Julgo que é assim que o exercício da democracia vai alcançando a desejada dignificação, que já alguém disse que é o sistema político conhecido menos mau.

Seja como for, fica o recado: não nos tratem como néscios, reputamos de inquestionável direito à plena cidadania.

Esconjuramos «habilidades» que escondam manha, astúcia, logro, tropelias e outras q tais.

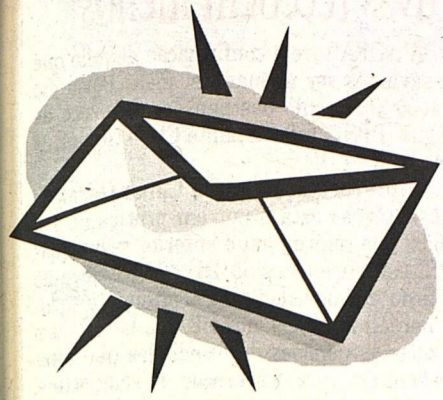
Respeito! •

João Santa Rosa

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO



Grito de revolta e mágoa

Em primeiro lugar quero agradecer ao Senhor Director do ELO a forma diplomática como, pelo seu ofício n.º 081/ELO/01, de 28/02/2001, me informou de que os versos que acompanharam uma carta minha, não podiam ser publicados no nosso Jornal, em virtude deste não se dedicar à poesia, embora nos mesmos dias tenha sido publicado no mesmo Jornal um soneto atribuído a Camões, o que mais uma vez vem confirmar que não há regra sem excepção. Não fiquei zangado? Por isso, pois na carta que acompanhou os versos, eu próprio admiti que não seriam publicados, porque podiam causar engulhos a alguém. Preferia que tivesse sido publicada a minha carta de 21Ago2000 enviada à anterior DN e na qual eu lançava um apelo aos DFA para lutarem ao menos pela defesa da sua dignidade, mas, talvez, porque essa carta não louvava nem dava parabéns a ninguém, ficou na gaveta. Não faz mal, fica para a outra vez, pois há mais marés que marinheiros.

Sem pretender alimentar qualquer polémica e divisão, que só prejudica todos os DFA, quais, independentemente do posto de cada um, deverão manter-se unidos na luta pelos seus interesses, sem privilégios nem discriminações de ninguém, não posso porém concordar com algumas afirmações publicadas nos últimos números do ELO por uma classe contra as outras, afirmações que julgo não traduzirão má fé, mas apenas falta de esclarecimento, pelo que me permito sugerir que, sem censura, haja por parte do ELO um pouco mais de cuidado na publicação de afirmações menos verdadeiras. E fico por aqui, para não azedar mais o caldo, pois não é minha intenção apontar erros, mas sim evitá-los.

Venho por este meio agradecer o amável convite que me foi feito para assistir às comemorações do 27 aniversário da ADFA, a terem lugar este ano em Viseu. Logo no início do convite se afirma que a ADFA está em festa! Pois bem, para muitos de nós foi mais um ano de expectativas frustradas e desilusões, mais um ano a aproximar-nos do fim, nós que somos dos mais idosos e portanto, pela lei natural da vida e da morte, vemos, em cada dia que passa, menos probabilidades em

nos ser feita justiça, pondo fim à discriminação de que nós somos vítimas, considerados portugueses de 2ª classe, nós que apenas continuamos a lutar para que nos seja dado aquilo que há muito tempo foi concedido aos outros DFA, como seja podermos acumular a indemnização pelas deficiências sofridas, com a pensão de reforma pelo tempo de serviço prestado ao Estado e para a qual descontámos as respectiva quotas e sermos promovidos aos postos em que estamos graduados, tal como outros foram, talvez com menos razão. E nem sequer nos passa pela cabeça, como sargentos, a ideia de pedir mudança de classe e o acesso a oficiais, embora este acesso fosse possível na nossa carreira militar, pois muitos foram os nossos antigos camaradas, que, com mais sorte que nós, atingiram o oficialato, embora sejam feitos da mesma massa que nós somos. Não lutamos por galões nem penacho. Lutamos apenas por dignidade e igualdade de tratamento e por isso guardamos a festa e os foguetes para quando tivermos motivos para festejar. Oxalá que o foguetório não seja lançado pela Pátria, apenas como honras fúnebres, no dia do funeral dos filhos que verteram o sangue por ela e que a partir dali

estarão muito caladinhos e não incomodarão mais ninguém.

Pelos motivos apontados não tomaremos parte na festa... que deveria ser dia de luta, mas associamo-nos às comemorações do 27º aniversário da ADFA a quem apresentamos os nossos parabéns, extensivos a todos aqueles que tenham motivos para festejar, desejando que tudo corra pelo melhor. Nós estamos desiludidos e em vez de vermos os problemas resolvidos, vêmo-los agravados, como indica aquela notícia publicada no ELO de que as nossas pensões irão sofrer o desconto de 0,8% para o IASFA. Há dinheiro até para malbaratar, mas não há dinheiro para aqueles que já desde antes do 25 de Abril apenas clamam por justiça. É a vida! – como diria o nosso primeiro – não sargento. E eu direi, como alguém disse noutras circunstâncias: - "Meus Senhores, este é o Estado que temos e o estado a que chegámos" -! Não se vá julgar na ADFA que estou a infringir os Estatutos e a meter-me em política. Não. É apenas mais um grito de revolta e mágoa pelas leis do "salve-se quem puder". •

estarão muito caladinhos e não incomodarão mais ninguém.

estará muito caladinhos e não incomodarão mais ninguém.

*José Monteiro Palos
Manuel Gonçalves Facundo*

Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 S 1.2 ELX 1.2 16v ELX 1.2 16v ELX Speedgear
1.2 16v HLX
SPORT
SPORT Speedgear
HGT
1.9 JTD ELX
1.9 JTD HLX



PALIO WEEKEND



75
75 Liberty
TD 70
TD 70 Liberty



80 16v SX
100 16v ELX
100 16v ELX C.oup.
100 JTD SX
100 JTD HLX

MAREA WEEKEND

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.



Os Motores
Os Interiores
Os Equipamentos
Crédito, A.L.D. e Leasing
As Cores
Os Precos
Linaccessori



Os Interiores
Os Equipamentos
Crédito, A.L.D. e Leasing
Linaccessori
Os Precos

CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



A Perfeição

Nuno Santa Clara

Se há algo de constante na vida do Homem sobre a Terra, é a busca da perfeição. Através de religiões ou pela via dos materialismos, essa procura constante tem sido o motor de muitas civilizações - e a causa da decadência de outras tantas, já que o barro humano nunca corresponde ao modelo idealizado.

Temos assistido na TV e jornais, quase em directo, à tragédia da bebé morta de fome e de sede por um conjunto de circunstâncias fatais. Mãe toxicodependente, que não quer abdicar da filha, mau grado ser discutível se estava em condições de a criar; avó com diversos afazeres; namorado com outras prioridades; vizinhos que se desconhecem; imigrantes mal inseridos no meio local; xenofobia latente; e, como pano de fundo, autoridades vocacionadas para uma sociedade perfeita, que tão laboriosamente foi construída. Deste "cocktail", em caso de anormalidade, não poderia sair nada de bom - e não saiu.

Vamos decerto assistir, nos próximos meses, ao conflito da sociedade perfeita, armada de infabilidade, contra a marginalidade (ainda que não absoluta), contra "o outro" (ainda que próximo), contra o incumprimento (ainda que leve), enfim ao debate entre o conformismo e a diferença. O curioso é que tudo se passa numa sociedade formalmente aberta e dialogante, que até se prepara para liberar as drogas leves.

Provavelmente, a grande questão é a que separa a teoria da prática, o modelo da realização, ou, mais ironicamente, o turismo da emigração.

Por mim, membro de uma Associação de imperfeitos, não posso deixar de ver com apreensão a actuação das hostes dos perfeitos - ainda que me custe a engolir a despenalização dos que têm responsabilidades directas na matéria.

Mas, nisto de comunicação social, vender emoção rende mais do que chamar à razão. Daí, as reportagens... perfeitas. •

ELO

Director: António Carreiro
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Audiência com o general CEMGFA

FOTO CEDIDA PELO EMGFA



Os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais da ADFA, Jorge Maurício, presidente da MAGN, Patuleia Mendes, presidente da DN, Artur Vilares, vice-presidente da DN, e Guedes da Fonte, presidente do CFN, foram recebidos em audiência pelo general chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Alvarenga Sousa Santos, no passado dia 31 de Maio, em Lisboa.

O general começou por informar os representantes da ADFA da sua disponibilidade para abordar os temas que a Associação lhe apresentara como proposta de ordem de trabalhos para a audiência, salientando embora que a sua capacidade no que se refere à resolução respectiva é bastante reduzida, dado que não tem poderes para os converter em situações de facto, adiando ir usar a sua melhor influência para que as reivindicações justas obtenham acolhimento por parte do poder político.

Os assuntos debatidos estão relacionados com a suspensão da aplicação do DL 503/99 aos militares e correspondente elaboração do chamado Estatuto do Deficiente Militar, falando-se também da contagem do tempo de serviço aos DFA para efeitos de reforma ou

aposentação. Aludiu-se ainda à situação dos cidadãos oriundos dos PALOP que adquiriram as suas incapacidades ao serviço das Forças Armadas portuguesas e ainda não reconhecidos como tal, bem como das situações de injustiça, que urge resolver, devido à publicação do DL 134/97.

Outro dos temas abordados foi a questão que se prende com a situação anterior e a geral dos deficientes militares, que se refere à morosidade na tramitação e consulta dos processos no Arquivo Geral do Exército. As gratificações do serviço de pára-quedista que trata de forma diferenciada os seus beneficiários, em face da data em que lhes foram reconhecidas as deficiências e os problemas que já se colocam aos deficientes militares em termos do seu acompanhamento, previsto na legislação ao chegar-lhes precocemente o peso da 3ª idade, foram também abordados, tal como a cedência, por parte das entidades militares, do antigo quartel da Quinta da Grotinha, Bateria do Pico da Castanheira.

"Regista-se a forma como o general CEMGFA tinha os pontos preparados, sendo conhecedor de todas aquelas matérias", disse o presidente da DN.

"A compreensão pode considerar-se generalizada, e extrai-se da conversa mantida que o antigo Quartel da Grotinha continua no interesse das Forças Armadas, as quais só prescindirão eventualmente dele se o seu destino for, na realidade e na totalidade, destinado à reabilitação e formação profissional de todos os deficientes açoreanos", referiu ainda o presidente da DN. •

RV

Vúvas recebem menos

"A ADFA teve a confirmação daquilo que pensávamos ser apenas um mero lapso em relação ao cálculo das pensões de preço de sangue (PPS)", referiu Santa Clara Gomes, 1º secretário da DN.

A interpretação que a Caixa Geral de Aposentações está a por em prática do DL 466/99 que reformulou o anterior regime das PPS, estabelecido pelo DL 404/82, leva ao absurdo de conceder a PPS mínima a todos os "herdeiros hábeis" dos DFA ou GDFA, sem atender às pensões diferenciadas que estes recebem em vida, em função do seu posto e, para cúmulo, a pensão ainda será reduzida, pelo menos nos primeiros dois anos, em função dos rendimentos do próprio DFA ou GDFA falecido.

"Em palavras simples, a viúva do coronel DFA ou GDFA receberá o mesmo que a viúva do soldado DFA ou GDFA, e mesmo a deste receberá menos do que recebia até agora", referiu o dirigente.

Desde sempre as PPS foram calculadas em função do vencimento ou pensão que o DFA ou GDFA auferia à data da morte. No entanto, agora, está a fazer-se uma interpretação no sentido do cálculo se reportar à data do acidente, "o que no caso dos deficientes de guerra, atira as famílias para uma situação pura e simplesmente dramática". "A viúva de um deficiente com uma incapacidade de 100 por cento, que nunca trabalhou, em princípio não terá sequer o dinheiro para pagar a amortização da casa", exemplifica.

"Naturalmente que a ADFA não pode de maneira nenhuma aceitar pacificamente este defraudar da certeza e segurança jurídica do Estado de direito", conclui. •

Rede de Apoio ao Stress

Foi publicada no dia 28 de Junho a Portaria 647/2001, dos ministérios da Defesa Nacional, das Finanças e da Saúde, que define a forma e a responsabilidade do financiamento da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra.

No que respeita às organizações não-governamentais (ONG), a portaria estabelece de quem é a responsabilidade pelo financiamento dos projectos e que o financiamento a conceder não pode exceder 80 por cento do custo total do projecto a desenvolver.

As decisões sobre o financiamento de investimento que cabem ao Ministério da Defesa Nacional, são precedidas de parecer da Comissão de Acompanhamento.

As ONG terão de dispor de condições de instalação, organização e funcionamento, nos termos da legislação em vigor para poderem propor projectos para a Rede, o que obriga "a desenvolver acções de reabilitação e reintegração social". •

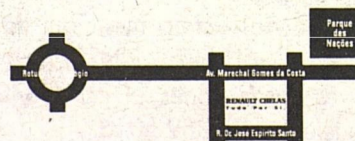
RV



RENAULT

- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA